

**MARCIA MIIKE**

**OS PODERES DO RELATOR NO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO AGRAVO  
DE INSTRUMENTO**

**CURITIBA  
2003**

**MARCIA MIIKE**

**OS PODERES DO RELATOR NO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO AGRAVO  
DE INSTRUMENTO**

**Monografia apresentada como  
requisito parcial à obtenção do grau  
de Bacharel em Direito, Curso de  
Direito, Setor de Ciências Jurídicas,  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Manoel Caetano  
Ferreira Filho**

**Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio Cruz  
Arenhart**

**CURITIBA  
2003**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MARCIA MIIKE**

### **OS PODERES DO RELATOR NO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Monografia aprovada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

**Orientador:**



**Prof. Dr. Manoel Caetano Ferreira Filho**  
**Departamento de Direito Processual Civil**



**Prof. Dr. Joaquim Munhoz de Mello**  
**Departamento de Direito Processual Civil**



**Prof. Dr. Eduardo Talamini**  
**Departamento de Direito Processual Civil**

**Curitiba, 20 de outubro de 2003**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>iv</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>v</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>1 QUESTÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>03</b>
1.1 NOÇÕES BÁSICAS SOBRE OS RECURSOS.....	03
1.1.1 Noções Básicas sobre o Agravo de Instrumento.....	07
1.2 PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	09
1.3 JULGAMENTO COLEGIADO EM SEGUNDO GRAU.....	14
<b>2 OS PODERES DO RELATOR.....</b>	<b>17</b>
2.1 AS LEIS QUE AMPLIARAM OS PODERES DO RELATOR.....	17
2.2 A CONSTITUCIONALIDADE DOS DISPOSITIVOS QUE AMPLIARAM OS PODERES DO RELATOR.....	21
2.3 OS PODERES DO RELATOR NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	24
<b>3 JULGAMENTO MONOCRÁTICO.....</b>	<b>28</b>
3.1 NATUREZA JURÍDICA DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO.....	28
3.2 PRESSUPOSTOS DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO.....	31
3.2.1 Recurso Manifestamente Inadmissível.....	32
3.2.2 Recurso Manifestamente Improcedente.....	33
3.2.3 Recurso Manifestamente Procedente.....	38
3.3 JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	39
3.4 RECURSO CONTRA A DECISÃO MONOCRÁTICA.....	41
3.5 IMPOSIÇÃO DE MULTA AO AGRAVANTE.....	52
3.6 DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO DO RELATOR.....	55
3.7 VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.....	57
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Ac	- Acórdão
AI	- Agravo de Instrumento
Art	- Artigo
CPC	- Código de Processo Civil
DJ	- Diário da Justiça
Julg.	- Julgamento
Public	- Publicação
Resp	- Recurso Especial
RITA	- Regimento Interno do Tribunal de Alçada
STJ	- Superior Tribunal de Justiça

## RESUMO

Tendo em vista reduzir a carga de trabalho dos tribunais e acelerar o procedimento recursal para proporcionar uma tutela jurisdicional mais célere e justa, o legislador reformista introduziu alterações no Código de Processo Civil, procurando atacar pontos de estrangulamento. Uma das grandes inovações sistemáticas implementadas pela reforma foi a ampliação dos poderes do relator, com a autorização de julgamento monocrático em algumas circunstâncias, o que provocou inúmeros questionamentos na doutrina, pois quebrou-se a estrutura recursal até então vigente: julgamento singular em primeiro grau e colegiado no segundo. Este trabalho tem por objetivo analisar algumas das questões levantadas com relação ao princípio do duplo grau de jurisdição, a ampliação dos poderes do relator no agravo de instrumento, a constitucionalidade das leis que ampliaram os poderes, a natureza jurídica do julgamento monocrático, os pressupostos para o seu exercício, a natureza jurídica do recurso cabível contra a decisão monocrática, a previsão de sanção pecuniária ao recorrente, o juízo de retratação e a valorização dos precedentes jurisprudenciais.

Palavras-chave: poderes; relator; julgamento monocrático; agravo de instrumento; celeridade; justiça.

## INTRODUÇÃO

A existência de um direito regulador de condutas não é suficiente para evitar que surjam conflitos entre as pessoas. Com a proibição da autotutela, os litígios passaram a serem resolvidos com a intervenção do Estado-juiz, através de um instrumento denominado processo.

O ideal seria que toda decisão proferida pelo juiz fosse sempre correta e justa, aceita pelas partes sem contestação e pudesse ser imediatamente executada, já que proferida, em tese, por um profissional imparcial e qualificado para exercer a função. Mas o ser humano é falível e o inconformismo diante de situações desfavoráveis é algo que lhe é inerente e, em decorrência disso, foram criados mecanismos de impugnação às decisões que permitissem o seu reexame, para que eventuais erros e injustiças pudessem ser corrigidos.

Segundo Vicente GRECO FILHO<sup>1</sup>, no sistema processual brasileiro, ocorre um fenômeno que denominou como “princípio processual da desconfiança”, segundo o qual o juiz desconfia das partes e dos advogados, que, também, não confiam no juiz. Este, por sua vez, não confia nos tribunais de segundo grau, que reciprocamente não confiam nos juízes. E os tribunais superiores não confiam em ninguém.

Aponta como conseqüências dessa desconfiança generalizada, o inconformismo das partes, a sua tendência em esgotar toda a via recursal e, do ponto de vista dos tribunais, a aceitação ampla de recursos e ações autônomas que permitam corrigir alguma ilegalidade ou injustiça de juízes ou tribunais inferiores, ainda que tenham que distorcer a interpretação do instrumento processual ou do recurso.

Em decorrência de uma série de fatores, houve um aumento vertiginoso no número de demandas judiciais e, conseqüentemente, na quantidade de processos que passaram a se acumular nos tribunais. O que acabou evidenciando a excessiva morosidade do mecanismo de julgamento colegiado, pois exigia a participação de quase todos os membros da Câmara em todos os julgamentos.

---

<sup>1</sup> GRECO FILHO, Vicente. Questões sobre a Lei 9.756, de 17 de dezembro de 1998. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.) **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 600.

Antes das reformas, o sistema recursal permitia uma recorribilidade quase ilimitada. Não havia previsão de sanção aos recursos meramente protelatórios e os advogados se utilizavam muito do agravo de instrumento para esse fim. Como precisa ser julgado em prazo mais exíguo que a apelação, acabava sobrecarregando as pautas dos tribunais, atrasando, cada vez mais, a tutela jurisdicional.

O aumento no número de magistrados e da estrutura dos tribunais, no entanto, não era capaz de resolver o problema. Era preciso fazer alterações sistemáticas. Mas ao invés de fazer uma grande revisão no Código do Processo Civil, o legislador reformista optou por fazer modificações pontuais, em dispositivos específicos, procurando atacar pontos de estrangulamento, a fim de acelerar o procedimento recursal e, assim, tentar reduzir a carga de trabalho dos tribunais e fazer com que provimento jurisdicional se tornasse mais célere e justo.

Para isso foram editadas diversas leis, que introduziram muitas inovações, entre as quais, a ampliação dos poderes do relator, que passou a ter autorização para julgar monocraticamente em algumas circunstâncias. Essa mudança provocou muitos questionamentos, tanto na doutrina como na jurisprudência, pois quebrou a estrutura recursal até então vigente: julgamento singular em primeira instância e colegiado em segundo grau.

Como bem asseverou Carreira ALVIM, o legislador reformista passou a adotar uma linha mais progressista da moderna processualística, fazendo com que o processo deixasse de girar sobre o eixo segurança – certeza, para fazê-lo girar sobre o eixo rapidez – probabilidade<sup>2</sup>.

Este trabalho tem por objetivo analisar a ampliação dos poderes do relator, principalmente quanto ao julgamento monocrático do agravo de instrumento contra decisões proferidas em primeiro grau, e algumas das questões relacionadas a esse tema, como o princípio do duplo grau de jurisdição, a colegialidade no julgamento dos recursos, a previsão de sanção pecuniária ao recorrente e a valorização dos precedentes jurisprudenciais.

---

<sup>2</sup> ALVIM, José Eduardo Carreira. **Agravo na reforma processual**. Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/numero1/alvim.htm>> Acesso em 30 mar. 2001, p. 01.



## 1 QUESTÕES PRELIMINARES

### 1.1 NOÇÕES BÁSICAS SOBRE OS RECURSOS

Segundo Ovídio A. Batista da SILVA “o instituto dos recursos, em direito processual, responde a uma exigência psicológica do ser humano, refletida em sua natural e compreensível inconformidade com as decisões judiciais que lhes sejam desfavoráveis. Não resta dúvida de que este sentimento é decisivo para explicar a criação e a permanência, histórica e universal, dos institutos dos recursos”.<sup>3</sup>

Em razão desse inconformismo inerente ao ser humano, os sistemas processuais normalmente prevêem, além do recurso, outras formas de impugnação das decisões judiciais, os chamados “sucedâneos recursais”<sup>4</sup> que podem constituir-se em ações próprias<sup>5</sup> ou em meros incidentes do processo<sup>6</sup>.

Ovídio A. Batista da SILVA conceitua o recurso como sendo o “procedimento através do qual a parte, ou quem esteja legitimado a intervir na causa, provoca o reexame das decisões judiciais, a fim de que elas sejam invalidadas ou reformadas pelo próprio magistrado que as proferiu ou por algum órgão de jurisdição superior.”<sup>7</sup>

Segundo lição dos Professores Luiz Guilherme MARINONI e Sérgio Cruz ARENHART<sup>8</sup>, para a caracterização do recurso, não há necessidade de que um outro órgão judiciário, distinto daquele que proferiu a decisão impugnada, aprecie o recurso. Basta que exista a possibilidade de revisão do ato judicial, internamente ao processo e por iniciativa voluntária do interessado.

Essas últimas características são ressaltadas na definição de José Carlos Barbosa MOREIRA, segundo o qual recurso é o “remédio voluntário idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial que se impugna.”<sup>9</sup>

<sup>3</sup> SILVA, Ovídio A. Batista da. **Curso de processo civil: processo de conhecimento**. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, v. 1, p. 411.

<sup>4</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do processo de conhecimento: a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 505.

<sup>5</sup> Como é o caso do mandado de segurança, dos embargos de terceiros, dos embargos do executado e da ação rescisória. (id.)

<sup>6</sup> O incidente de uniformização de jurisprudência é um exemplo. (id.).

<sup>7</sup> SILVA, op. cit., p. 409.

<sup>8</sup> MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C. op. cit., p. 505.

<sup>9</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998, v. V: arts. 476 a 565, p. 231.

O predicado “voluntário”, utilizado pelo autor, tem o condão de distinguir os recursos do instituto do reexame necessário a que estão sujeitas algumas decisões.

Segundo Eduardo Arruda ALVIM e Cristiano Zanin MARTINS<sup>10</sup>, os recursos decorrem da voluntariedade da parte sucumbente, jamais de qualquer imposição legal, enquanto que o “reexame necessário decorre, exclusivamente, de previsão legal, que afasta a possibilidade de a sentença proferida nas hipóteses enumeradas no art. 475 do CPC transitar em julgado enquanto não for submetida ao exame da instância *ad quem*, ainda que não impugnada por recurso voluntário.”

Ressaltam, ainda, que “Os recursos são instituídos para operarem durante o curso do processo, para nele serem inseridos, *prolongando o estado de litispendência* (v.g. Apelação), ou, *isolando incidentes* (= decisões interlocutórias), que por meio deles são alçados ao órgão *ad quem* (agravo de instrumento ou retido).”<sup>11</sup>

É preciso destacar que o recurso produz a extensão do mesmo processo, mas não necessariamente dos mesmos autos. A interposição do agravo de instrumento, por exemplo, dá lugar à formação de autos apartados, com bifurcação de procedimentos, mas o processo permanece uno.

Como já dito anteriormente, os pronunciamentos judiciais podem ser atacados também por ações impugnativas autônomas, tais como a ação rescisória e o mandado de segurança, mas estas pressupõem a instauração de nova relação processual enquanto pendente o feito em que foram preferidos ou após a cessação da relação processual em que foram exarados.

Eduardo Arruda ALVIM e Cristiano Zanin MARTINS<sup>12</sup> apontam como principal diferença entre os dois institutos, o fato das ações autônomas de impugnação, como o próprio nome sugere, darem origem a um novo processo, enquanto que os recursos impedem a formação da coisa julgada<sup>13</sup>. Ressaltam que

---

<sup>10</sup> ALVIM, Eduardo Arruda; MARTINS, Cristiano Zanin. Apontamentos sobre o sistema recursal vigente no direito processual civil brasileiro à luz da Lei 10.352/2001. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, v. 6, p. 139-140.

<sup>11</sup> Ibid., p. 140.

<sup>12</sup> Ibid., p. 142.

<sup>13</sup> Segundo Nelson NERY JÚNIOR, é mais correto dizer que a interposição de recurso “*adia, retarda* a verificação da preclusão e/ou da coisa julgada”. Justifica-se dizendo que: “Desde que proferida a decisão judicial, a preclusão vai inevitavelmente ocorrer; prolatada a sentença de mérito, a coisa julgada é dela decorrência inexorável. Não se nos afigura correto dizer-se que a interposição do

não é o fato do meio impugnativo voltar-se contra decisões transitadas em julgado o critério diferenciador, mas sim a necessidade ou não de instauração de uma nova relação processual.

O recurso pode também ser considerado, sob outro ponto de vista, como um ônus processual, ou seja, como “um ato que o interessado precisa praticar para tornar possível a obtenção de uma vantagem ou para afastar a consumação de uma desvantagem”<sup>14</sup>.

A esse respeito, Eduardo Arruda ALVIM e Cristiano Zanin MARTINS sustentam que isso significa que a interposição do recurso pode gerar benefício para a parte sucumbente, mas ao lado disso, “a não interposição do recurso (ou a incorreta interposição) não tem, em princípio, o condão de gerar qualquer sanção ou prejuízo àquele que poderia tê-lo manejado, além da sucumbência imposta pela decisão que poderia ter sido impugnada.”<sup>15</sup>

Quanto à natureza jurídica do recurso, Nelson NERY JR<sup>16</sup> destaca as duas principais correntes existentes: a) a que considera o recurso como uma ação autônoma relativamente àquela que lhe deu origem, ação essa de natureza constitutiva; b) outra que defende a tese de que o recurso é continuação do exercício do direito de ação, em fase posterior do procedimento. Segundo o autor, predomina na doutrina este último entendimento.

A esse respeito, José Carlos Barbosa MOREIRA<sup>17</sup> ensina que a interposição de recurso pelo réu não obsta o entendimento que considera o poder de recorrer como simples aspecto, elemento, modalidade ou extensão do próprio direito de ação exercido no processo, tendo em vista o caráter bilateral da ação. Mesmo em relação ao terceiro interessado e ao Ministério Público, nos casos em que não age como parte, essa idéia, ainda, é válida, pois se deve entender que o recorrente exerce, por essa forma abreviada, o direito de ação que não quis ou não pôde exercer pela via normal.

---

recurso impede ou evita a coisa julgada, pois esta circunstância é consequência do princípio da inevitabilidade da jurisdição, aliado à sujeição das partes ao resultado da atividade jurisdicional, em face da própria essência da jurisdição, de atividade estatal substitutiva da vontade das partes.” (Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos. 4ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, p. 176.)

<sup>14</sup> MOREIRA, Comentários..., p. 231.

<sup>15</sup> ALVIM, E. A.; MARTINS, C. Z., op. cit., p. 144.

<sup>16</sup> NERY JR, Princípios fundamentais..., p. 181.

<sup>17</sup> MOREIRA, Comentários..., p. 234.

Os recursos objetivam a reapreciação das decisões proferidas em seu curso almejando a reforma, a invalidação, a integração ou o esclarecimento da decisão impugnada. Em regra, têm o objetivo de anulá-la<sup>18</sup> para que outra seja proferida pelo mesmo órgão jurisdicional ou, ainda, para reformá-la<sup>19</sup>, hipótese em que o órgão *ad quem* profere decisão que substitui a recorrida.

Os pronunciamentos judiciais impugnáveis mediante recurso devem ter conteúdo decisório. São suscetíveis, portanto, a sentença, a decisão interlocutória, o acórdão e as decisões monocráticas de tribunais que põem fim ao recurso. Os despachos de mero expediente são irrecorríveis.

Pelo princípio da taxatividade, “somente são recursos aqueles expressamente determinados e regidos por lei federal (art. 22, I, da CF).”<sup>20</sup> Isto significa que além dos recursos elencados no art. 496 do CPC<sup>21</sup>, existem outros previstos em lei federal, como por exemplo, os embargos infringentes<sup>22</sup> e o agravo inominado<sup>23</sup>.

“Todavia, há leis especiais que adotam o sistema recursal do código com ‘adaptações’ (como o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, art. 198) ou criam um sistema recursal próprio, como é o caso da Lei dos Juizados Especiais – lei 9.099/95, que prevê a existência de apenas dois recursos: os embargos de declaração (art. 48) e o cabível da sentença, que não é nominado (art. 41).”<sup>24</sup>

De acordo com o princípio da correspondência, “*No sistema processual civil em vigor cada espécie de decisão desafia um tipo de recurso*”<sup>25</sup>. Assim, de uma maneira bastante simplista é possível fazer a seguinte correlação: da sentença cabe apelação, contra decisões interlocutórias cabe o agravo e contra o acórdão cabem,

<sup>18</sup> No caso de vício de atividade (*error in procedendo*), que ocorre quando o juiz desrespeita norma de procedimento provocando gravame à parte ou quando o juiz não corrige erro das partes. É vício de natureza formal que invalida o ato judicial. (NERY JR, **Princípios fundamentais...**, p. 177 e 214-216).

<sup>19</sup> No caso de vício de juízo (*error in judicando*), que consiste no erro na declaração dos efeitos jurídicos substanciais e processuais. É vício de natureza substancial, de conteúdo, que provoca a injustiça do ato judicial. (Ibid., p. 177 e 217).

<sup>20</sup> MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C., op. cit., p. 507.

<sup>21</sup> Apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

<sup>22</sup> Art. 34 da Lei 6.830/80.

<sup>23</sup> Art. 4º da Lei 8.437/92.

<sup>24</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 7: do processo de conhecimento, arts. 496 a 565, p. 24.

<sup>25</sup> ALVIM, E. A.; MARTINS, C. Z., op. cit., p. 149.

conforme o caso, embargos infringentes, recurso especial e recurso extraordinário. Como o próprio texto legal prevê (art. 496, VIII), os embargos de divergência são cabíveis apenas no recurso especial e no recurso extraordinário. Os embargos de declaração podem ser interpostos contra decisão interlocutória, sentença e acórdão. E, por fim, contra as decisões do relator no julgamento monocrático cabe o recurso previsto no §1º do art. 557, denominado pela lei como “agravo”.<sup>26</sup>

### 1.1.1 Noções Básicas sobre o Agravo de Instrumento

Segundo lição de Ovídio A. Batista da SILVA, “Os agravos são recursos de ascendência exclusivamente lusitana, que não encontram similar em outros sistemas contemporâneos. Eles tiveram origem no direito medieval português, como um instrumento formado pela prática judiciária para contrabalançar a determinação então vigente que vedava o recurso de apelação das decisões interlocutórias”.<sup>27</sup>

Todos os pronunciamentos jurisdicionais com conteúdo decisório, exceto sentença, proferidos pelo juiz de primeiro grau durante o transcurso do processo são impugnáveis através de agravo de instrumento ou retido nos autos. Ambos são espécies de um mesmo agravo, mas se distinguem pela forma de sua interposição (retido nos autos ou com formação de um instrumento), pelo seu processamento e julgamento.

O Professor Manoel Caetano FERREIRA FILHO<sup>28</sup> defende a tese de que existem três espécies de agravo: o agravo de instrumento (cabível contra as decisões interlocutórias de primeiro grau e das decisões denegatórias de recurso extraordinário ou especial); agravo retido (cabível contra as decisões interlocutórias de primeiro grau) e o agravo interno (cabível contra decisão de relator que não admite, dá ou nega provimento a recurso em segundo grau de jurisdição e nos tribunais superiores).<sup>29</sup>

Antes da reforma, o agravo era interposto perante o juízo *a quo* e o prazo para a sua interposição era de apenas cinco dias. No entanto, havia previsão de

---

<sup>26</sup> De todas essas espécies recursais, para este trabalho interessam apenas o agravo de instrumento e o “agravo” previsto no §1º do art. 557 do CPC.

<sup>27</sup> SILVA, op. cit., p. 440.

<sup>28</sup> FERREIRA FILHO, op. cit., p. 202.

<sup>29</sup> Cumpre ressaltar que há divergências doutrinárias quanto à consideração do agravo interno como espécie recursal, mas esta questão será analisada posteriormente.

prazos para indicação de peças a trasladar, juntada de documentos novos, extração e conferência dos traslados, etc<sup>30</sup>.

Tendo em vista simplificar e acelerar o procedimento, a Lei 9.139/95 introduziu modificações determinando que, no prazo de 10 dias<sup>31</sup>, a petição do agravo de instrumento seja protocolada no tribunal competente ou postada no correio com aviso de recebimento ou, ainda, por outra forma prevista por lei<sup>32</sup>.

A petição do agravo de instrumento deverá conter a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma da decisão, o nome e endereço completo dos advogados constantes no processo (art. 524) e será instruída com os documentos indicados no art. 525<sup>33</sup> do CPC. A falta de algum dos documentos obrigatórios (inciso I), no momento de sua interposição, causará a sua inadmissibilidade.

Embora a interposição do agravo de instrumento se dê diretamente no tribunal competente, o juiz, prolator da decisão agravada, pode se retratar, reformando-a. Para isso, o agravante deve juntar nos autos do processo, no juízo *a quo*, cópia da petição do agravo e do comprovante de sua interposição, além dos documentos que instruíram o recurso, no prazo de 3 dias, conforme dispõe o art. 526.

O parágrafo único desse artigo foi acrescentado pela Lei 10.352/01 e prevê que a não juntada das peças elencadas no *caput* pode acarretar a inadmissibilidade<sup>34</sup> do recurso, desde que argüido e provado pelo agravado.

---

<sup>30</sup> ALVIM, José Eduardo Carreira. **Código de processo civil reformado**. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 241-242.

<sup>31</sup> A princípio, pode parecer contraditório dizer que o legislador alterou o prazo de 5 para 10 dias, tendo em vista acelerar o procedimento recursal. Mas, na realidade, a mudança simplificou o procedimento, pois o agravo deve ser interposto com todas as peças necessárias ao julgamento. Não mais se abre novo prazo para a formação do instrumento.

<sup>32</sup> Cita-se como exemplo, os recursos interpostos via fax, autorizados pelo artigo 2º da Lei 9.800/99. Neste caso, o relator, normalmente, aguarda a juntada dos originais para depois exercer o juízo de admissibilidade do recurso.

<sup>33</sup> São documentos obrigatórios: cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. Facultativamente, poderão ser juntados outros documentos que o agravante entender serem úteis ao julgamento do recurso.

<sup>34</sup> Esse novo dispositivo pôs fim a uma discussão doutrinária que existia em relação à consequência pelo seu descumprimento. Uma parte da doutrina (Nelson Nery Jr, Rosa Nery, Teresa Arruda Alvim Wambier e Barbosa Moreira) entendia que o descumprimento do prazo do art. 526 acarretaria somente a impossibilidade do juízo de retratação. Para outros, acarretaria a sua inadmissibilidade, por ausência de regularidade formal. (ALVIM, Eduardo Arruda. **Curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, v. 2, p. 167.)

O preparo do agravo de instrumento, segundo Ovídio A. Batista da SILVA, passou a ser condição de admissibilidade, devendo o respectivo comprovante de pagamento acompanhar a petição recursal (art. 525).<sup>35</sup>

O art. 527 trata dos poderes do relator no agravo de instrumento, que serão tratados no capítulo seguinte.

## 1.2 PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

A análise dos recursos e da ampliação dos poderes do relator no julgamento monocrático envolve o estudo preliminar do princípio do duplo grau de jurisdição.

Segundo lição de Oreste Nestor de Souza LASPRO<sup>36</sup>, o duplo grau de jurisdição e o direito de recorrer nasceram, no momento em que o poder estatal começou a se estruturar, como mecanismo de controle utilizado pelo chefe político sobre seus funcionários (juízes), a quem competia a tarefa de julgar.

Na sua origem, portanto, o duplo grau de jurisdição esteve atrelado ao interesse do governante em preservar o poder de revisão e não em atender ao pedido do jurisdicionado a uma nova apreciação. Em decorrência disso, com a Revolução Francesa o duplo grau de jurisdição ganhou nova conformação, passando a ser considerado um direito do jurisdicionado a uma decisão melhor<sup>37</sup>.

Oreste Nestor de Souza LASPRO ressalta que o termo “duplo grau de jurisdição” é tecnicamente equivocado, pois a jurisdição é projeção da soberania e falar em mais de uma jurisdição seria o mesmo que admitir pluralidade de soberanias<sup>38</sup>. Na opinião de Flávia Moreira PESSOA, “o duplo grau de jurisdição seria melhor definido como duplo juízo sobre o mérito”<sup>39</sup>.

Este é o aspecto destacado pelo Professor Luiz Guilherme MARINONI ao traçar seu significado: “O duplo grau de jurisdição quer dizer, em princípio, que o

<sup>35</sup> SILVA, op. cit., p. 443.

<sup>36</sup> LASPRO, Oreste Nestor de Souza. **Duplo grau de jurisdição no direito processual civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 176.

<sup>37</sup> COVAS, Silvânio. O duplo grau de jurisdição. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 591.

<sup>38</sup> LASPRO, op. cit., p. 17.

<sup>39</sup> PESSOA, Flávia Moreira. A devolutibilidade no recurso de apelação cível em face do princípio do duplo grau de jurisdição. In BARRAL, Welber; ANDRADE, Henri Clay. (Org.) **Inovações no processo civil**. Florianópolis: OAB/SE, 1999, p. 317.

juízo sobre o mérito deve ser realizado por dois órgãos do Poder Judiciário”.<sup>40</sup> Ressalta, no entanto, que isso não significa que o reexame deva ser feito necessariamente por dois graus de jurisdição.

Oreste Nestor de Souza LASPRO define-o como “sistema jurídico em que, para cada demanda, existe a possibilidade de duas decisões válidas e completas no mesmo processo, emanadas por juízes diferentes, prevalecendo sempre a segunda em relação à primeira.”<sup>41</sup>

Com base nessa definição, Flávia Moreira PESSOA<sup>42</sup> observa que, como a impugnação deve ser realizada no mesmo processo e o recurso interposto a juízes diferentes, as ações autônomas de impugnação e os recursos dirigidos ao mesmo órgão prolator, como os embargos de declaração, não se incluem no conceito de duplo grau de jurisdição.

Segundo CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO, o principal fundamento para a manutenção do princípio é de natureza política, pois nenhum ato estatal pode ficar imune ao controle. Argumentam que, pelo fato dos membros do Poder Judiciário não serem escolhidos pelo povo, é preciso que haja pelo menos um controle interno sobre a legalidade e a justiça das decisões judiciais. Em decorrência disso, sustentam que o princípio indica a possibilidade dos órgãos de segundo grau revisarem, por via de recurso, as causas já julgadas pelo juiz de primeiro grau, fundada na possibilidade de a decisão de primeiro grau ser injusta ou errada<sup>43</sup>.

O Professor Luiz Guilherme MARINONI<sup>44</sup> rebate tal argumento dizendo que o princípio tem como finalidade propiciar ao vencido a revisão do julgado e não a de permitir o controle da atividade do juiz. Isto porque, “Não há que se falar em controle da atividade do juiz quando se está discutindo sobre a oportunidade de se dar ao vencido o direito à revisão da decisão que lhe foi contrária.”<sup>45</sup>

A doutrina costuma apontar como vantagens do princípio do duplo grau, o fato de o juiz de primeiro grau ficar psicologicamente compelido a julgar melhor; a conveniência em se dar ao vencido uma oportunidade para o reexame da sentença

<sup>40</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. 4ª ed., São Paulo: Malheiros Editora, 2000, p. 141.

<sup>41</sup> LASPRO, op. cit., p. 27.

<sup>42</sup> PESSOA, op. cit., p. 317.

<sup>43</sup> CINTRA, A. C. de A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria geral do processo**. 16ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p. 73-74.

<sup>44</sup> MARINONI, op. cit., p. 141-142.

<sup>45</sup> Ibid., p. 142.



com a qual não se conformou; a possibilidade da decisão ser revista, normalmente, de forma colegiada por magistrados mais experientes, oferecendo maior segurança<sup>46</sup>.

Oreste Nestor de Souza LASPRO adverte que as vantagens apontadas “são facilmente criticáveis em razão de seu próprio subjetivismo”<sup>47</sup> e, assim, a concordância ou não com os pontos tidos como vantagens, depende do caso concreto ou da opinião de quem estuda a matéria.

Tendo em vista a necessidade de se agilizar a prestação jurisdicional e do aumento na quantidade de recursos utilizados com intuito meramente protelatórios, o princípio do duplo grau de jurisdição vem sofrendo objeções.

CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO<sup>48</sup> apontam as seguintes circunstâncias que a doutrina contrária ao princípio invoca: o fato de os juízes da jurisdição superior também estarem sujeitos ao cometimento de erros e injustiças e a inutilidade da decisão em grau recursal quando confirma a sentença de primeiro grau, infringindo o princípio da economia processual.

Eduardo Arruda ALVIM e Cristiano Zanin MARTINS arrolam outras críticas:

a) limitação à garantia de acesso à Justiça: a Justiça que não resolve os litígios dentro de tempo razoável é Justiça inacessível.; b) desprestígio da Primeira Instância: ficando toda e qualquer decisão proferida em 1ª instância sujeita à revisão mediante a interposição de recurso, passa-se a desacreditar nas decisões ali proferidas.; c) fragilidade do sistema jurisdicional: há possibilidade de soluções divergentes para a mesma situação concreta, ensejando o descrédito de todo o Poder Judiciário; d) ‘representa obstáculo à eficiência da organização judiciária, na medida em que não se pode demonstrar, cientificamente, que atinja de modo eficaz a única meta para ser mantido, qual seja a de que a decisão de segundo grau é melhor que a de primeiro’.<sup>49</sup>

Humberto THEODORO JUNIOR<sup>50</sup> assevera que “Não é que se tenha sempre como melhor e mais justo o julgamento de segundo grau”, mas a falibilidade do ser humano e o seu natural inconformismo diante de qualquer resultado desfavorável justificam a criação e a manutenção do duplo grau de jurisdição. É com

<sup>46</sup> A respeito ver CINTRA; GRINOVER e DINAMARCO, op. cit., p. 74; PESSOA, op. cit., p. 318; ALVIM, E. A.; MARTINS, C. Z., op. cit., p. 136.

<sup>47</sup> LASPRO, op. cit., p. 99.

<sup>48</sup> CINTRA, A. C. de A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R., op. cit., p. 74.

<sup>49</sup> ALVIM, E. A.; MARTINS, C. Z., op. cit., p. 135-136.

<sup>50</sup> THEODORO JR, Humberto. **O processo civil brasileiro no limiar do novo século**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999, p.164.

base nessa linha de raciocínio que Nelson NERY JR fala que o princípio do duplo grau é “garantia fundamental de boa justiça.”<sup>51</sup>

Segundo o autor, a Constituição do Império de 1824 previa expressamente no art. 158, a garantia ao duplo grau de jurisdição, permitindo que a causa fosse apreciada pelo Tribunal da Relação (o que equivaleria hoje ao Tribunal de Justiça), sempre que a parte quisesse. No entanto, as Constituições posteriores limitaram-se a mencionar a existência de tribunais, conferindo-lhes competência recursal<sup>52</sup>.

O duplo grau de jurisdição não está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, mas muitos doutrinadores defendem a tese de que estaria implicitamente inserido no conteúdo de outros princípios constitucionalmente assegurados, como o do devido processo legal, da ampla defesa e da igualdade. Há, ainda, quem entenda que decorra das disposições relativas à competência recursal prevista na Constituição Federal<sup>53</sup>.

Conforme o entendimento que se adote, diferentes serão as suas repercussões, pois caso se entenda que o princípio não está constitucionalmente garantido, as restrições ao duplo grau de jurisdição impostas pelo legislador ordinário, devem ser consideradas válidas. Entretanto, caso se firme o entendimento de que o princípio está implicitamente assegurado na Constituição, então, não poderão ser aceitas quaisquer limitações à possibilidade de reexame das decisões.

Oreste Nestor de Souza LASPRO<sup>54</sup> impugna a tese de que o princípio em exame é uma garantia inafastável do devido processo legal, sob o argumento de que o duplo grau efetivamente não assegura uma decisão mais justa e melhor, tampouco é capaz de garantir, por si só, a isenção do juízo e a efetiva defesa das partes, assim, não se pode considerá-lo como um dos elementos formadores do devido processo legal.

O duplo grau de jurisdição, também, não é consectário do direito à ampla defesa, pois como bem assevera o Professor Luiz Guilherme MARINONI, “Quando a

---

<sup>51</sup> NERY JR, **Princípios fundamentais...**, p. 37.

<sup>52</sup> NERY JR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, p. 164.

<sup>53</sup> Para maiores detalhes a respeito dos diversos fundamentos apontados pela doutrina, ver PESSOA, op. cit., p. 322-332; GUEDES, Jéferson Carús. Duplo grau ou duplo exame e a atenuação do reexame necessário nas leis brasileiras. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 296-297.

<sup>54</sup> LASPRO, op. cit., p. 177.

Constituição da República afirma que são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os recursos a ela inerentes, ela não está dizendo que toda e qualquer demanda em que é assegurada a ampla defesa deva sujeitar-se a uma revisão ou a um duplo juízo.”<sup>55</sup> Quer dizer, apenas, que o recurso não pode ser suprimido quando for inerente à ampla defesa.

Segundo Nelson NERY JR, como a Constituição Federal não contém normas que determinam a competência dos tribunais regionais federais e estaduais para o julgamento dos recursos não constitucionais, a tarefa para legislar a respeito ficou a cargo do legislador ordinário. “Assim, lícito era ao CPC, como também à lei federal ordinária, dispor sobre os poderes do relator quanto aos recursos não constitucionais.”<sup>56</sup>

Assim, partindo-se do pressuposto de que o duplo grau não é uma garantia constitucional, o legislador ordinário pode impor limitações, não podendo, portanto, ser considerado de caráter absoluto<sup>57</sup>, que tenha de ser aplicado a todas as situações. Oreste Nestor de Souza LASPRO ressalta que são diversos os casos em que o duplo grau de jurisdição é excepcionado, restringido ou até mesmo suprimido.

Esboça-se tendência no sentido de manter o direito à impugnação das decisões dentro dos limites da racionalidade e da razoabilidade que permitam o desenvolvimento do processo, equilibrando-se segurança e celeridade em busca de uma justiça ideal.

Como bem pondera Humberto THEODORO JÚNIOR<sup>58</sup>, legislador ordinário deve lhe dar os contornos práticos que se mostrarem convenientes, pois é mais importante que os processos sejam rápidos, eficientes e proporcionem a efetiva solução do litígio, do que ter um direito ilimitado ao uso dos recursos.

---

<sup>55</sup> MARINONI, op. cit., p. 148.

<sup>56</sup> NERY JR, **Princípios do processo civil...**, p. 167.

<sup>57</sup> O princípio comporta exceções. Nelson NERY JR defende o entendimento de que o princípio está constitucionalmente previsto, mas reconhece que não tem incidência ilimitada. Segundo o autor, a Constituição Federal limita o seu âmbito de abrangência ao enumerar casos em que cabe o recurso ordinário ou extraordinário (NERY JR, **Princípios fundamentais...**, p. 39). Os Professores Luiz Guilherme MARINONI e Sérgio Cruz ARENHART citam como exemplo de limitação, as decisões proferidas em ação de competência originária do Supremo Tribunal Federal (art. 102 CF), contra os quais, apenas em casos excepcionalíssimos caberá recurso [como nos casos de julgamento de ação rescisória e representação de inconstitucionalidade, que se dê por maioria de votos] (MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C., op. cit., p. 506).

<sup>58</sup> THEODORO JR., **O processo...**, p. 165 e 192.

Silvânio COVAS aduz que o duplo grau não atende somente a uma necessidade do particular, que objetiva uma decisão que lhe seja favorável, “mas também do Estado Jurisdição, que deve dar uma tutela capaz de alcançar um ordenamento jurídico justo e que recomponha o patrimônio jurídico lesado.”<sup>59</sup>

Enfim, a autorização prevista no CPC para o julgamento monocrático do relator não viola o duplo grau de jurisdição, pois a restrição ao princípio, imposta pelo legislador ordinário, é válida e atende aos reclamos da sociedade, que tem exigido uma prestação jurisdicional mais célere. Ademais, como bem assevera Roberto ROSAS, “... não é o reexame que impõe o selo da veracidade, da correção.”<sup>60</sup>

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná também já manifestou entendimento de que o julgamento singular não viola o duplo grau de jurisdição.<sup>61</sup>

### 1.3 JULGAMENTO COLEGIADO EM SEGUNDO GRAU

Segundo lição de Athos Gusmão CARNEIRO<sup>62</sup>, muitos países adotam o sistema dos juízos colegiados desde o primeiro grau de jurisdição, como Portugal e França, na suposição de que assim a justiça da prestação jurisdicional estaria assegurada, pois as questões de fato seriam melhor analisadas. Nesses sistemas, o reexame recursal ficaria reservado apenas às questões de direito.

No Brasil, no entanto, em matéria cível, o primeiro grau de jurisdição sempre foi exercido em juízo singular. O sistema recursal, antes das reformas introduzidas, consagrava apenas o julgamento colegiado pelas Câmaras ou Turmas (denominação utilizada nos tribunais superiores e tribunais federais), ou dependendo

<sup>59</sup> COVAS, op. cit., p. 615.

<sup>60</sup> ROSAS, Roberto. **Direito processual constitucional: princípios constitucionais do processo civil**. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, p. 22.

<sup>61</sup> “Agravo inominado. Ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição. Inocorrência. Decisão confirmada. Inocorre violação ao duplo grau de jurisdição, porque há previsão de relator negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.” (Agravo nº 131192801, acórdão nº 783, da Sétima Câmara Cível, relator Desembargador Accácio Cambi, julgado em 18/11/2002).

<sup>62</sup> CARNEIRO, Athos Gusmão. Poderes do relator e agravo interno – artigos 557, 544 e 545 do CPC. **Revista de Processo**, v. 100, out./dez. 2000, p. 09.

da natureza do recurso (ou da ação originária) e das normas de organização judiciária, pelas Seções, Câmaras Reunidas, Grupos de Câmaras e Plenário.

A respeito do tema o Professor Eduardo TALAMINI faz a seguinte observação:

É da tradição constitucional brasileira o julgamento colegiado em segundo grau. Está implícita na estruturação constitucional do Poder Judiciário a pluralidade na composição dos tribunais locais e federais. E isso não consiste em mero capricho burocrático ou administrativo. Ao estruturar os tribunais em órgãos colegiados, pretende-se fazer com que as decisões aí proferidas sejam essencialmente fruto de deliberação conjunta – em contraposição às decisões isoladamente adotadas pelos juízes singulares (de “primeiro grau”). Eis, aliás, um dos próprios motivos que justificam a existência de tribunais.<sup>63</sup>

Nesse sistema, o relator restringia-se a apreciar pedidos de liminares e a proferir meros despachos ordinatórios para preparar os recursos ou ações originárias de competência dos tribunais, para serem julgados pelo órgão colegiado.

Só que esse sistema recursal de julgamento colegiado mostrou-se demasiadamente moroso, pois exigia sempre a participação de três dos quatro membros da câmara em todos os julgamentos, o que acabava sobrecarregando todos os julgadores e, conseqüentemente, provocava o acúmulo de processos nos tribunais e a demora na prestação jurisdicional.

Para piorar ainda mais o quadro, como bem ressalta Donaldo ARMELIN<sup>64</sup>, o sistema processual vigente apresenta um excessivo número de recursos, que são utilizados pelas partes até o esgotamento da via recursal, além de inúmeras ações autônomas de impugnação de decisões judiciais, que acabam convergindo para os Tribunais que estão sub-dimensionados para suportar essa carga de trabalhos. Ademais, a morosidade na prestação da tutela jurisdicional acabou gerando um apego às tutelas de urgência que, por sua vez, tornaram-se fatos geradores de novos recursos para os tribunais, criando um círculo vicioso.

Sabe-se que o aumento no número de tribunais ou de magistrados, por si só, não seria capaz de resolver o problema. Era necessário inovar sistematicamente

---

<sup>63</sup> TALAMINI, Eduardo. *Decisões individualmente proferidas por integrantes dos tribunais: legitimidade e controle (agravo interno)*. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 10.352/2001**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v. 5, p.180.

<sup>64</sup> ARMELIN, Donaldo. *Apontamentos sobre as alterações ao Código de Processo Civil e à Lei 8.038/90, impostas pela Lei 9.756/98*. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 194.

e para isso, foram editadas várias leis que alteraram inúmeros dispositivos do Código de Processo Civil, com o intuito de reduzir a carga de trabalho dos tribunais, “seja mediante a imposição de mais óbices à admissibilidade dos recursos, seja através do acréscimo de poderes do relator, seja limitando a instauração de incidente de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.”<sup>65</sup>

A evolução recente da legislação processual civil brasileira caminha para uma progressiva relativização do princípio da colegialidade no julgamento dos recursos, mediante ampliação dos poderes do relator<sup>66</sup> e representa uma legítima tentativa de inovar sistematicamente na luta contra a lentidão dos julgamentos nos tribunais<sup>67</sup>.

Existe, portanto, uma tendência em se adotar medidas para abreviar o procedimento recursal, atribuindo maiores poderes ao relator para que decida monocraticamente, dispensando ou, no mínimo, adiando a submissão da questão recursal à apreciação de todo o colegiado. E o artigo 557 do Código de Processo Civil é reflexo desta tendência, pois sua redação foi substancialmente alterada para autorizar o relator, nos tribunais locais, a conhecer ou não o recurso, bem como a dar ou negar provimento.

---

<sup>65</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. O relator, a jurisprudência e os recursos. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 127.

<sup>66</sup> FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. Tutela antecipada: denegação no primeiro grau e concessão pelo relator do agravo. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 349, jan./mar 2000, p. 19.

<sup>67</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 131.

## 2 OS PODERES DO RELATOR

### 2.1 AS LEIS QUE AMPLIARAM OS PODERES DO RELATOR

Segundo Maria Berenice DIAS<sup>68</sup>, desde a edição do Código de Processo Civil existe a possibilidade de manifestações monocráticas no segundo grau, mas o apego ao critério do julgamento colegiado era tão grande que os julgadores não se atentaram ao fato de que o art. 557 do CPC, desde sua redação originária<sup>69</sup>, já outorgava ao relator a possibilidade de indeferir o recurso de agravo, por despacho, quando fosse manifesta a sua improcedência.<sup>70</sup>

Em 1963, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, conforme leciona Cândido Rangel DINAMARCO, “passou a incluir na competência do relator o poder de ‘mandar arquivar o recurso extraordinário ou o agravo de instrumento indicando o correspondente número da Súmula’ (art. 15, inc. IV). Essa foi uma das técnicas idealizadas com o objetivo de buscar saídas para o notório, antigo e angustiante problema da sobrecarga da Corte Suprema brasileira (...).”<sup>71</sup>

Thales Arcoverde TREIGER<sup>72</sup> anota que a Lei Complementar 35, de 1979, ao dispor sobre o Tribunal Federal de Recursos, conferiu ao relator a possibilidade de mandar arquivar ou negar seguimento a recurso intempestivo, incabível ou contrário às Súmulas do Tribunal ou do Supremo Tribunal Federal.

Em 1990, a Lei 8.038 “trouxo para o plano legal o que era meramente regimental, ratificando aqueles poderes do relator e dando igual tratamento ao *recurso especial*, (...)”<sup>73</sup>. Atribuiu, também, aos relatores do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, competência para decidir

<sup>68</sup> DIAS, Maria Berenice. As decisões monocráticas do art. 557 do CPC. **AJURIS**, Porto Alegre, v. 83/tomo I, set. 2001, p. 279.

<sup>69</sup> Art. 557: “Se o agravo for manifestamente improcedente, o relator poderá indeferir-lo por despacho. Também por despacho poderá convertê-lo em diligência se estiver insuficientemente instruído.”

<sup>70</sup> A respeito do disposto neste artigo, José Carlos Barbosa MOREIRA anota que o indeferimento de forma alguma constitui simples despacho, de acordo com o que dispõe o artigo 162 do Código de Processo Civil. Sustenta também não fazia muito sentido autorizar o relator a indeferir o agravo improcedente e não estender a possibilidade ao recurso inadmissível. (Algumas inovações da Lei 9.756 em matéria de recursos civis. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 322).

<sup>71</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 129.

<sup>72</sup> TREIGER, Thales Arcoverde. **Dos poderes do relator no julgamento de no processamento dos recursos cíveis**. Disponível em: <http://femperj.org.br>. Acesso em 17 ago 2003.

<sup>73</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 129.

monocraticamente, recurso que tivesse perdido o objeto, assim como para “negar seguimento ‘a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível ou improcedente’, ou, ainda, a pedido ou recurso que contrariasse, ‘nas questões predominantemente de direito, Súmula do respectivo Tribunal’”<sup>74</sup>.

José Carlos Barbosa MOREIRA<sup>75</sup> criticou a redação desse dispositivo dizendo:

Note-se que, das várias espécies de inadmissibilidade, só se mencionavam duas (intempestividade e descabimento), embora por via hermenêutica se pudesse ampliar às restantes (deserção, falta de legitimação ou de interesse para recorrer, etc.) a área de incidência da disposição. Por outro lado, já aparecia aí a referência à Súmula, que iria adquirir relevo cada vez maior. Já se manifestava outrossim o mau jeito do legislador de lidar com o assunto: é evidente que contrariedade de pedido ou recurso à Súmula (*rectius*: contradição entre a tese jurídica do pedido ou do recurso e alguma das compendiadas na Súmula) apenas se concebia a respeito de questão *exclusivamente* de direito: não pode haver *teses* contrárias sobre fato! Devia entender-se que o texto, na sua meia-língua, queria aludir não a “questões”, e sim a “causas” em que se discutissem, predominantemente, questões de direito; nem por isso deixaria a redação de merecer cotação baixa.

Ainda, segundo o autor<sup>76</sup>, o §2º do artigo 28 dessa lei previu a possibilidade do julgamento, em qualquer sentido, do agravo de instrumento interposto contra o indeferimento do recurso extraordinário ou especial. E o §3º acrescentava que na hipótese de provimento do agravo, o relator poderia convertê-lo em recurso especial (e, nos termos do §4º, em extraordinário) se estivessem presentes todos os elementos necessários ao seu julgamento, não podendo, no entanto, julgá-lo singularmente.

Sobreveio a Lei 9.139/95 que alterou o artigo 527, inciso II, dando maiores poderes ao relator para suspender os efeitos da decisão agravada, e também, o artigo 557 do CPC que passou a ter a seguinte redação: “O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior”.

Sobre essas alterações, Maria Berenice DIAS<sup>77</sup> tece as seguintes observações:

Essa nova dimensão, além de autorizar o julgamento unipessoal em todo e qualquer recurso – e não só no recurso de agravo –, veio em sua redação atender à queixa da

<sup>74</sup> MOREIRA, *Algumas inovações...*, p. 322.

<sup>75</sup> Id.

<sup>76</sup> Ibid., p. 323.

<sup>77</sup> DIAS, op. cit., p. 280.



doutrina, que questionava a possibilidade do julgamento singular por manifesta improcedência – ou seja, julgamento *de meritis* – sem conceder tal faculdade para a apreciação dos requisitos de admissibilidade dos recursos ou para negar-lhes seguimento quando prejudicados.

Assim, com a edição dessa lei, o relator passou a ter poderes para verificar a ausência de pressupostos de admissibilidade<sup>78</sup> e apreciar monocraticamente o mérito de qualquer recurso, para julgá-lo improcedente, desde que preenchidos os pressupostos legais. Apenas o acolhimento do recurso permanecia na competência exclusiva do colegiado.

Tal alteração, no entanto, não foi capaz de produzir mudança na rotina dos tribunais que continuavam a levar ao colegiado todos os recursos, ainda que fosse para não os conhecer por carência de pressupostos de admissibilidade ou mesmo quando manifestamente prejudicado.

Novamente, tendo em vista abreviar o procedimento recursal, dispensando a submissão da questão recursal à apreciação de todo o colegiado, com o objetivo de acelerar o julgamento e reduzir a grande quantidade de processos que continuavam se acumulando nos Tribunais, o legislador editou a Lei 9.756/98 para modificar os artigos 544, §3º e 557 do Código de Processo Civil e ampliar ainda mais os poderes do relator.

Segundo lição de Donaldo ARMELIN, a alteração na redação do *caput* do art. 557<sup>79</sup> objetivou a sua adaptação ao novo §3º do art. 544, que passou a se reportar à jurisprudência dominante, além da súmula do STJ, para justificar o julgamento do recurso especial ou a conversão do agravo neste recurso.

O novo §1º-A<sup>80</sup> praticamente estende aos Tribunais Estaduais e Tribunais Regionais Federais, o estatuído no §3º do art. 544, que autoriza o relator a dar provimento ao recurso, nos casos em que a decisão recorrida estiver em manifesto

---

<sup>78</sup> José Carlos Barbosa MOREIRA divide os requisitos de admissibilidade dos recursos em intrínsecos – relativos à existência do direito de recorrer – e extrínsecos – pertinentes ao exercício daquele direito. Considera como requisitos intrínsecos: o cabimento, legitimação para recorrer, interesse em recorrer e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer. E como requisitos extrínsecos a tempestividade, a regularidade formal e o preparo. (**O novo processo civil brasileiro**, 20ª ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000, p. 117-119).

<sup>79</sup> O *caput* do art. 557 passou a ter a seguinte redação: “O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.”.

<sup>80</sup> Sobre as críticas da doutrina a respeito do aspecto formal do dispositivo (utilização de letras na numeração dos parágrafos), vide MOREIRA, **Algumas inovações...**, p. 321; ARENHART, op. cit., p. 38-39.

confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

O §2º do art. 557 trouxe outra inovação, passou a prever a possibilidade do Tribunal, nos casos de agravo manifestamente inadmissível ou infundado, condenar o agravante ao pagamento de multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, cujo depósito é condicionante para a interposição de qualquer outro recurso.<sup>81</sup>

A respeito das alterações trazidas por essa lei, Maria Berenice DIAS faz os seguintes comentários:

O novo dispositivo, além de ter autorizado o acolhimento *in limine* do recurso (dizendo: o relator *poderá* dar provimento ao recurso), não outorga ao relator, simplesmente, a faculdade de negar seguimento ao recurso (dizia: o relator *poderá* indeferi-lo), mas impôs-lhe o dever de assim agir, dizendo agora: o relator *negará* seguimento ao recurso...

Além dessas duas profundas alterações, foram corrigidas algumas impropriedades remanescentes dos textos anteriores. A manifestação do relator passou a ser nominada de *decisão*, e não mais de *despacho*. Foi fixado o prazo de 5 dias, para a possibilidade recursal, que agora adquiriu o nome de agravo, ainda que sem qualquer identificação ou especificidade. O equívoco na numeração dos parágrafos e a adoção generalizada da expressão *negativa de seguimento* – quando o reconhecimento da improcedência do recurso tecnicamente dá ensejo ao seu *desacolhimento* – em nada compromete a compreensão e o alcance das alterações havidas.<sup>82</sup>

No entanto, nem mesmo esse maior alargamento dos poderes do relator entusiasmou os julgadores. Assim, na prática acabou se tornando “mais um estágio na linha recursal, autorizando, agora, um primeiro recurso examinado pelo relator da impugnação e, posteriormente, pelo colegiado a quem, originária e anteriormente, tocaria conhecer do tema.”<sup>83</sup>

Dando continuidade à reforma processual, foram editadas em 2001, as Leis 10.352 e 10.358 que alteraram vários dispositivos do CPC, principalmente em matéria recursal. A Lei 10.352 trouxe inovações no processamento do agravo de instrumento e ampliou ainda mais os poderes do relator, que passou a poder converter o agravo de instrumento em agravo retido e a conceder efeito ativo ao recurso.

---

<sup>81</sup> Este tema será tratado posteriormente em um item específico.

<sup>82</sup> DIAS, op. cit., p. 280-281.

<sup>83</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. A nova postura do relator no julgamento dos recursos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 103, jul./set. 2001, p. 37.

## 2.2 A CONSTITUCIONALIDADE DOS DISPOSITIVOS QUE AMPLIARAM OS PODERES DO RELATOR

A autorização legal concedida ao relator para julgar monocraticamente o recurso nas hipóteses do art. 557, provocou questionamentos e divergências doutrinárias a respeito de sua constitucionalidade, pois provocou a quebra da estrutura recursal até então vigente: julgamento monocrático em primeira instância e colegiado na segunda.

Marco Falcão CRISTSINELIS defende a tese de que “o art. 557 é uma comunhão de inconstitucionalidades parciais”<sup>84</sup>, por violar os princípios do juiz natural, do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal.

Sustenta que o legislador ao substituir a expressão “poderá indeferi-lo” do antigo texto legal por “negará seguimento” ao recurso, “usurpa do magistrado um poder e o transforma em mero aplicador de um preceito de discutível constitucionalidade e frontalizador do princípio do juiz natural e do duplo grau de jurisdição, estremecendo o direito subjetivo da parte ao *equal protection* e ao *due process of law*.”<sup>85</sup> Isto porque, segundo o autor, o núcleo da expressão “poderá indeferi-lo” encerra uma faculdade, que permitia ao relator aplicar ou não a disposição processual.

Aduz que a atribuição de poderes ao relator para julgar monocraticamente é inconstitucional, pois a apreciação de recursos é de competência exclusiva e indelegável do colegiado. Assim, este não poderia declinar a favor de seus membros a competência que a Constituição investiu aos tribunais, como órgãos de deliberação coletiva para julgamento de recursos.

Para o autor, somente a negativa recursal por inadmissibilidade ou por estar prejudicado<sup>86</sup> poderia ser considerada constitucional. Isto porque nessas circunstâncias, o relator não exerce juízo de mérito, de competência exclusiva do colegiado, exerce apenas funções relacionadas ao juízo de admissibilidade.

Marcos Afonso BORGES também defende a inconstitucionalidade dos dispositivos legais que ampliam os poderes do relator, sob o seguinte argumento:

---

<sup>84</sup> CRISTSINELIS, Marcos Falcão. A inconstitucionalidade do artigo 557 do código de processo civil. *Doutrina ADCOAS*, São Paulo, v. 05, p. 141.

<sup>85</sup> Id.

<sup>86</sup> Ibid., p. 150.

Nenhum integrante de um órgão colegiado pode ter a competência deste órgão. A não ser que admitamos a existência de julgamento monocrático da causa, de primeiro e segundo graus, o que, *concessa venia*, contraria não somente o princípio do duplo grau de jurisdição, mas também o bom senso.

Os tribunais previstos na Lei Maior (art. 92 e incisos) são órgãos colegiados e, como tais, devem decidir.

O recurso existe para garantir a reapreciação do ato decisório por um órgão hierarquicamente superior, composto por juízes mais experientes que decidem de forma colegiada.<sup>87</sup>

O Professor Sérgio Cruz ARENHART, por outro lado, defende a constitucionalidade da autorização legal. Sustenta que a Constituição Federal ao prever a competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça para julgar os recursos extraordinário e especial, não determina que o julgamento deva ser feito por órgãos colegiados. “Em vista disto, nenhuma restrição existe a que se confira ao relator – desde que este também é um dos órgãos do tribunal – poderes para julgar, monocraticamente, qualquer espécie de recurso. Inexiste qualquer lesão ao princípio do juiz natural nesta prática, sendo absolutamente incensurável do ponto de vista constitucional.”<sup>88</sup>

Neste mesmo sentido manifesta-se José Eduardo Carreira ALVIM<sup>89</sup>, Nelson NERY JR<sup>90</sup> e José Miguel Garcia MEDINA, segundo o qual: “não há norma constitucional que exija que o julgamento da apelação ou do agravo seja realizado *pelo órgão colegiado*, mas a lei, apenas, atribui *ao Tribunal* competência para julgar o recurso.”<sup>91</sup>

É oportuno anotar a observação feita por José Carlos Baptista PUOLI a respeito:

É fundamental observar que o legislador constituinte, quando entendeu necessário, não apenas exigiu colegialidade como, ainda, estipulou (...) fosse a decisão tomada pelo voto da maioria dos membros do tribunal ou dos 'membros do respectivo órgão especial' (art. 97 da CF/88). De fato, são poucos, muito poucos, os casos nos quais o legislador constituinte impôs a colegialidade. Isto permite concluir que, nas demais situações, a Constituição

<sup>87</sup> BORGES, Marcos Afonso. Alterações do Código de Processo Civil oriundas da Lei 9.756, de 17 de dezembro de 1998. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 24, n. 94, abr./jun. 1999, p.08.

<sup>88</sup> ARENHART, op. cit., p. 39-40.

<sup>89</sup> ALVIM, José Eduardo Carreira. **Código de processo civil reformado**. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 287.

<sup>90</sup> NERY JR, Nelson. **Código de Processo Civil e legislação processual civil extravagante em vigor**. 3ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, p. 794, nota 2 ao art. 545 do CPC.

<sup>91</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos na nova sistemática recursal e sua compreensão jurisprudencial, de acordo com as Leis 9.756/98 e 9.800/99. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 374.

deixou para o legislador ordinário a função de eleger ou não tal requisito, de modo que parece ser inquestionável, do ponto de vista constitucional, a possibilidade da lei excluir a colegialidade em algumas situações da vida.<sup>92</sup>

O Professor Eduardo TALAMINI, por sua vez, afirma que a atuação isolada do relator submete-se a uma condicionante para que seja compatível com a Constituição. Diz que “terá que existir – *sob pena de inconstitucionalidade* – mecanismo que permita a conferência, por parte do órgão colegiado, do correto desempenho da atividade delegada. As partes necessariamente terão de dispor de um instrumento que lhes permita levar as decisões individuais do relator ao órgão colegiado.”<sup>93</sup>

Esse também é o entendimento manifestado por Nagib SLAIBI FILHO, segundo o qual o poder relatorial é constitucional, pois não é possível extrair do texto da Constituição o “princípio da colegialidade das decisões em país onde a justiça de 1º grau é quase exclusivamente monocrática.”<sup>94</sup> Também aponta como condição de constitucionalidade a submissão da decisão do relator ao controle do colegiado.

O Professor Sérgio Cruz ARENHART discorda dessa condicionante, sob o argumento de que mesmo que não houvesse previsão expressa nos artigos 545 e 557 do CPC, no sentido de ser a decisão do relator suscetível de reexame pelo órgão colegiado através de agravo, não haveria razão para suscitar a inconstitucionalidade de tais dispositivos. Justifica-se dizendo:

Ora ou não existe óbice constitucional ao julgamento monocrático do recurso pelo relator, ou existe esta restrição (caso em que realmente não se poderia prescindir do reexame do julgamento, *em qualquer hipótese*, pelo colegiado original) e, mais que isto, a delegação desta função ofenderia, diretamente, a proibição constitucional, ainda que se previsse, desta atribuição, reexame da matéria pelo órgão originário.

(...)

Indubitavelmente, a previsão do recurso (agravo) é recomendável, mesmo como forma de controle da atividade do relator – que, não fosse esta imposição, tornar-se-ia absoluta e, praticamente, inquestionável, na medida em que os eventuais recursos cabíveis desta decisão somente seriam cabíveis para os Tribunais superiores (exceção feita ao caso em que a decisão já fosse de um destes tribunais), onde, notoriamente, apenas se há de discutir direito.<sup>95</sup>

<sup>92</sup> PUOLI, José Carlos Baptista. **Os poderes do juiz e as reformas do processo civil**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002, p. 202.

<sup>93</sup> TALAMINI, op. cit., p. 181.

<sup>94</sup> SLAIBI FILHO, Nagib. Notas sobre o artigo 557 do CPC (competência do relator de prover e de negar seguimento a recurso). **Revista de Direito do TJRJ**, v. 49, out./dez 2001, p.18-19.

<sup>95</sup> ARENHART, op. cit., p. 40-41.

A respeito do tema, Maria Berenice DIAS faz a seguinte conclusão:

A resistência de alguns magistrados a tão eficiente forma de julgar um recurso, alegando que a parte tem o direito de ver sua irrisignação apreciada por órgão colegiado, revela exacerbado conservadorismo que não dispõe de respaldo legal. A crescente opção do julgamento singular, ampliando os poderes do relator, *representa uma legítima tentativa de inovar sistematicamente na luta contra a lentidão do julgamento nos tribunais* e sequer permite que se questione a constitucionalidade de tais permissões.<sup>96</sup>

## 2.3 OS PODERES DO RELATOR NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

O art. 527 passou a prever de forma mais ampliada e sistematizada as atribuições do relator, que podem ser divididas em dois grupos: as atividades ordinatórias e as decisórias.

São atividades ordinatórias do relator: a) requisitar informações ao juiz prolator da decisão interlocutória agravada; b) determinar a intimação do agravado para que apresente resposta no prazo de 10 dias e c) mandar ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de 10 dias.

Quanto às atividades decisórias, o relator poderá: a) negar liminarmente o seguimento do recurso nos casos do art. 557; b) determinar a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, exceto nos casos de urgência ou de perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação e c) conceder efeito suspensivo ao agravo, nos termos do art. 558 do CPC, ou deferir, desde logo, total ou parcialmente, a eficácia da tutela recursal pretendida, comunicando, em qualquer hipótese, a decisão ao juiz de primeiro grau.

A nova redação do inciso I faz remissão aos casos do art. 557, segundo o qual, nas hipóteses de manifesta inadmissibilidade, improcedência ou discrepância com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, o relator negar-lhe-á seguimento ao recurso.

Se não for caso de indeferimento liminar, o novo inciso II do art. 527 prevê a possibilidade de o relator converter, por decisão singular, o agravo de instrumento em retido, quando não houver urgência, nem perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação para a parte. Neste caso, determinará a remessa do recurso ao

---

<sup>96</sup> DIAS, op. cit., p. 281.

juízo da causa, para que seja apensado aos autos principais<sup>97</sup> e somente será conhecido e julgado pelo tribunal se, em posterior apelação ou em contra-razões, houver requerimento expresso de sua apreciação.

A respeito, Carlos Augusto de ASSIS assevera que “Patenteia-se aqui a intenção do legislador de reduzir a utilização do agravo de instrumento. A técnica utilizada afeta, de forma sutil, a liberdade do agravante de optar por uma ou outra modalidade de agravo”<sup>98</sup>. Sustenta que:

A regra, em se tratando de recurso de agravo (na feição dada pela L. 9.135/95), era a de liberdade de escolha pelo agravante da forma de interposição. Em algumas hipóteses, porém, o legislador impunha expressamente uma das modalidades. É o caso, por exemplo, do agravo contra decisões proferidas após a sentença, que, salvo exceções previstas, deverá ser interposto na forma retida. Em outras situações, o agravante só poderia utilizar a forma de instrumento não por expressa e específica determinação legal, mas por razões de interesse recursal. Se a decisão recorrida, por exemplo, disser respeito à concessão ou negativa de antecipação de tutela, o recurso só poderá ser de instrumento. A modalidade retida implicaria esperar até a oportunidade de reiteração em apelação ou contra-razões, fazendo com que o recurso fosse destituído de utilidade prática.

E após a L. 10.352, como fica a liberdade de opção? Continua existindo, mas, além das ressalvas acima, outra se coloca, no tocante ao AI. A opção original do agravante pode ser desconsiderada pelo tribunal, se não se vislumbrar a urgência. A escolha estaria, pode-se dizer, condicionada<sup>99</sup>.

Para João Batista LOPES<sup>100</sup> essa alteração veio atender às queixas dos tribunais que viram aumentar exageradamente sua distribuição em razão da mudança anterior na disciplina do agravo.

Ressalta que “o procedimento do AI no CPC/73 era excessivamente burocrático e anacrônico, com prazos para indicação de peças, formação de instrumento, reconsideração, etc., de modo que, muitas vezes, ao chegar ao tribunal, a matéria versada no recurso estava prejudicada.”<sup>101</sup> Em razão disso, a Lei 9.139/1995 deu nova redação ao art. 527, instituindo alterações que mereceram aplausos e críticas. Para os primeiros, agilizou-se o procedimento ao permitir que o agravante submetesse, de imediato, seu inconformismo ao tribunal com possibilidade de suspensão da eficácia da decisão impugnada e para outros, a

<sup>97</sup> Nessa ocasião o juiz poderá exercer o juízo de retratação.

<sup>98</sup> ASSIS, Carlos Augusto de. O agravo após a Lei n. 10. 352/2001: algumas considerações. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 3, n. 17, p. 147-158, mai./jun. 2002, p. 155.

<sup>99</sup> Ibid., p. 155-156.

<sup>100</sup> LOPES, João Batista. Anotações sobre a reforma do CPC – (segunda fase). **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 3, n. 17, p. 131-146, mai./jun. 2002., p. 137.

<sup>101</sup> Id.

alteração provocou congestionamento na segunda instância e traduziu indevido privilégio aos agravos em detrimento das apelações.

Tanto da decisão singular que nega seguimento ao agravo com base no art. 557, quanto da que converte o agravo de instrumento em retido, cabe agravo “interno” ao órgão colegiado, a quem caberia julgar o agravo de instrumento.

A nova redação do inciso III do art. 527 passou a prever que o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz a sua decisão.

Antes da reforma, como o texto aludia exclusivamente à suspensão, duas vertentes se formaram: a) uma entendia que, ante a omissão da lei, o efeito ativo representaria usurpação de poder próprio do colegiado; b) a outra sustentava teleologicamente, que o legislador dissera menos do que deveria ter dito e, assim, se impunha interpretação extensiva à norma<sup>102</sup>.

Veio, então, a Lei 10.352 pôr termo a essa discussão, prevendo, de forma expressa, a faculdade atribuída ao relator em deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.

Luiz Rodrigues WAMBIER e Teresa Arruda Alvim WAMBIER asseveram que:

... assim tinha de ser, porque, na verdade, rigorosamente, o efeito suspensivo (...) também era uma espécie de ‘antecipação da tutela recursal’ não confessada pelo legislador e nem percebida pela doutrina. Mas, de fato, suspenderem-se – *provisoriamente e desde logo* – os efeitos da decisão impugnada, cuja cassação *definitiva* se pleiteada *no recurso*, nada mais é do que *antecipar provisoriamente a tutela recursal*.<sup>103</sup>

Segundo João Batista LOPES não há que se falar em usurpação de poder pelo relator do agravo. Sustenta que “Conquanto se deva respeitar o princípio do julgamento colegiado em segundo grau, é curial que, em casos de urgência, é o relator quem deve prover, para que se evite risco de dano irreparável ou de difícil reparação.”<sup>104</sup>

José Rogério Cruz e TUCCI ressalta que “na hipótese de concessão ou denegação de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, nos termos do art. 558

<sup>102</sup> LOPES, *Anotações...*, p. 138.

<sup>103</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Breves comentários à 2ª fase da reforma do código de processo civil**. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 170.

<sup>104</sup> LOPES, *Anotações...*, p. 138.



do CPC, ou de deferimento do efeito ativo, nenhum recurso foi expressamente previsto pela atual reforma. E esta parece ter sido realmente a vontade do legislador.”<sup>105</sup> Defende a tese de que seria cabível o mandado de segurança tanto para o agravante que teve negado o seu pedido de concessão de efeito suspensivo ou de antecipação de eficácia, como também para o agravado que se sentir lesado com o deferimento de um desses pleitos. Nesse mesmo sentido, manifesta-se Humberto THEODORO JR<sup>106</sup>.

Para João Batista LOPES<sup>107</sup> da decisão do relator que concede o efeito ativo, cabe agravo para o colegiado.<sup>108</sup>

Não sendo caso de indeferimento liminar ou de conversão do agravo de instrumento em retido, o relator processará o recurso, requisitando informações ao juiz da causa, se entender necessário, mandará intimar o agravado para que apresente contraminuta no prazo de 10 dias e, por fim, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso. Ultimadas essas providências o recurso estará pronto para ser levado à sessão de julgamento.

---

<sup>105</sup> TUCCI, José Rogério Cruz e. **Lineamentos da nova reforma do CPC: Lei 10.352, de 26.12.2001, Lei 10.358, de 27.12.2001, Lei 10.444, de 07.05.2002**. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 118.

<sup>106</sup> THEODORO JR, Humberto. Inovações da lei 10.352/2001, em matéria de recursos cíveis e duplo grau de jurisdição. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, v. 6, p. 278.

<sup>107</sup> LOPES, **Anotações** ....., p. 138.

<sup>108</sup> Essa questão será melhor analisada no capítulo seguinte.

### 3 JULGAMENTO MONOCRÁTICO

#### 3.1 A NATUREZA JURÍDICA DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO:

Ao receber o agravo de instrumento, poderá o relator julgá-lo monocraticamente, convertê-lo em retido, conceder ou não o efeito ativo ou suspensivo pleiteado e se não for caso de indeferimento liminar ou de conversão, determinará o seu processamento. De todos esses poderes, o julgamento monocrático é o que mais discussão desperta, pois atinge a estrutura tradicional de julgamento de recursos formada por órgãos colegiados.

Athos Gusmão de CARNEIRO<sup>109</sup> defende a tese de que o relator exerce poder jurisdicional que lhe foi outorgado por lei.

Nesse mesmo sentido manifesta-se o Professor Sérgio Cruz ARENHART<sup>110</sup>, segundo o qual a decisão monocrática do relator constitui delegação de função do colegiado ao relator, imposta pela lei. Fundamenta tal entendimento no disposto no artigo 545 que prevê que “da decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento, negar-lhe provimento ou reformar o acórdão recorrido, caberá agravo no prazo de 5 (cinco) dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso (...)”. Aduz que:

... quando a lei se refere ao “órgão competente para o julgamento do recurso”, aponta ela para a conclusão de que existe um órgão competente para o julgamento daquele primeiro recurso (o agravo de instrumento), que não é o relator – ou, então, ficaria sem nenhum sentido a previsão legal. Tem-se, então, que a própria lei considera que há um órgão originariamente competente para o julgamento daquele primeiro recurso (o colegiado), e que esta atribuição será delegada, em razão de certas particularidades da questão submetida à apreciação – particularidades estas relacionadas à evidência do tema debatido e, portanto, à certeza quanto à conclusão da corte – a apenas um dos membros daquele órgão plural.

Ressalta, ainda, que o artigo 557 também faz alusão a que o recurso somente terá seu curso normal, para o órgão competente para o julgamento, se for provido o agravo interposto contra a decisão do relator que negar seguimento ao recurso. Evidenciando-se, assim, a opção do legislador em manter o colegiado como juiz natural do recurso, delegando a função decisória ao relator apenas nos casos

---

<sup>109</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 14.

<sup>110</sup> ARENHART, op. cit., p. 42.

em que a questão objeto da insurgência fosse de evidente solução. Em tais casos, o relator não age em nome próprio, mas sim como representante do colegiado.

A respeito, José Carlos Barbosa MOREIRA concorda com a afirmação de que o juiz natural do recurso é o órgão colegiado e aduz que o papel do relator poderia ser equiparado “ao de um ‘porta-voz avançado’: o que ele diz, supõe que o diga ‘antecipando’ a decisão do colegiado. Ao interessado ressalva-se o direito de desencadear um mecanismo de controle, capaz de mostrar se a ‘antecipação’ correspondeu ou não ao entendimento ‘antecipado’; em outras palavras, se merece realmente crédito o ‘porta-voz’.”<sup>111</sup>

Nagib SLAIBI FILHO ressalta que “A cognição do relator não é uma cognição mais superficial ou menos abrangente que a cognição que faria a turma julgadora: antes, deve ser mais densa porque o *caput* do art. 557 mantém a expressão ‘manifestamente’ e seu novo §1º A também se refere a ‘manifesto’.”<sup>112</sup>

Outra questão que se coloca, diz respeito à natureza da função delegada, ou seja, em se saber se constitui mera faculdade ou dever do relator em julgar monocraticamente.

Para o Professor Sérgio Cruz ARENHART<sup>113</sup>, trata-se de um dever-poder e não mera faculdade. Fundamenta-se na idéia de que por se tratar de uma delegação legal, de atribuição de competência funcional ao relator, não há como considerar tal previsão como mera faculdade do relator e que “ficaria a seu exclusivo alvitre julgar monocraticamente o recurso ou submetê-lo ao colegiado”. Assim, diante das hipóteses previstas nos artigos 544, §3º e 557 do Código de Processo Civil, o relator não pode “desvencilhar-se de suas atribuições, remetendo a causa à análise do colegiado”.

Nagib SLAIBI FILHO<sup>114</sup> também defende a tese de que não se trata de mera faculdade, mas sim de um “poder/dever”, sob o fundamento de que se trata de uma norma processual, de direito público, e assim, não apresenta qualquer disponibilidade aos participantes do processo.

Opinião diversa é manifestada por Cândido Rangel DINAMARCO, segundo o qual o legislador ao empregar o verbo “poder” ao invés do “dever”, “quis deixar ao

---

<sup>111</sup> MOREIRA, *Algumas inovações...*, p. 324.

<sup>112</sup> SLAIBI FILHO, *op. cit.*, p. 20.

<sup>113</sup> ARENHART, *op. cit.*, p. 43.

<sup>114</sup> SLAIBI FILHO, *op. cit.*, p. 28.

prudente arbítrio do próprio relator a opção entre julgar por si próprio, monocraticamente, ou encaminhar o caso ao colegiado.”<sup>115</sup> E acrescenta:

O *caput* do art. 557 diz que o relator *negará* seguimento ao recurso, nos casos ali especificados. Essa redação, que insinua obrigatoriedade, vem da Reforma de 1995 e a nova lei<sup>116</sup> limitou-se a reproduzi-la. Mas o emprego do advérbio *manifestamente* acaba por criar na prática a mesma situação, porque será dever do relator abster-se de julgar de plano sempre que não veja uma situação manifesta, isto é, límpida e indiscutível.<sup>117</sup>

O Desembargador Accácio CAMBI concorda com o posicionamento de DINAMARCO, mas pondera que “presentes os pressupostos do artigo 557 do CPC, o relator não deve perder a oportunidade de aplicá-lo, contribuindo, assim, para agilização da prestação jurisdicional.” Ressalta, no entanto, que:

Para utilizar a medida inovadora em exame, é necessário que o relator exercite com certo cometimento a atribuição que a lei lhe defere, abstendo-se de negar desde logo seguimento ao recurso sempre que, a despeito da opinião pessoal, por hipótese já formada, a questão se apresente eivada de dúvida ou de controvérsia, quanto a questão de fato ou de direito. Nessas hipóteses, o relator não deverá indeferir o recurso, nem julgá-lo improcedente, mas remetê-lo ao julgamento do órgão colegiado.<sup>118</sup>

O Tribunal de Alçada do Estado do Paraná também já manifestou entendimento nesse sentido, em mais de uma oportunidade. Cite-se, como exemplo, os seguintes precedentes jurisprudências: Agravos nºs 160594-7/05<sup>119</sup> e 174437-6/01<sup>120</sup>.

Como bem conclui Maria Berenice DIAS:

As ácidas críticas de que a Justiça é alvo, principalmente de morosidade, aconselham a seus membros o uso de um ágil, eficiente e célere instrumento, *que tem como escopo desobstruir as pautas dos tribunais, a fim de que as ações e os recursos que realmente precisam ser julgados por órgão colegiado possam ser apreciados o quanto antes possível*, conforme reiteradamente vem afirmando o Superior Tribunal de Justiça.

Não se justifica a resistência ainda existente nos tribunais frente a um procedimento legítimo, conveniente e necessário, além de determinado por lei. Todos devemos cumprir a

<sup>115</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 132.

<sup>116</sup> Refere-se à lei 9.756/98.

<sup>117</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 132.

<sup>118</sup> CAMBI, Accácio. A atribuição inovadora concedida ao relator: negar seguimento ou dar provimento ao recurso monocraticamente (artigo 557/CPC). **Advocacia Dinâmica – Seleções Jurídicas**, São Paulo, maio 2001, p. 03.

<sup>119</sup> “... O artigo 557, do Código de Processo Civil, atribui ao relator a faculdade de negar seguimento a recurso manifestamente improcedente...” (Acórdão nº 1090, do Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, relator Juiz Rogério Coelho, Julg: 14/02/02 – DJ: 01/03/02).

<sup>120</sup> “Agrav. Apelação que confronta jurisprudência dominante. Seguimento negado. Faculdade do relator. Leasing - antecipação do vrg. Descaracterização do contrato. Agrav. infundado - multa aplicada. É facultado ao relator negar seguimento a recurso em confronto com jurisprudência dominante...” (Acórdão nº 14495, da Terceira Câmara Cível, relator Juiz Rogério Coelho, Julg: 14/08/01 - Public.: 31/08/01).

função de dar a cada um o que é seu. Mas o *bem da vida* buscado em juízo deve ser entregue enquanto ainda tenha valor, e que seu titular ainda o receba em vida. É mister deixar velhos hábitos, ainda quando mais cômodo seja repartir a responsabilidade de julgar.<sup>121</sup>

### 3.2 PRESSUPOSTOS DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO

O artigo 557 prescreve que o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de tribunal superior. E o §1º-A prevê que se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de tribunal superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

Convém ressaltar que o tribunal superior<sup>122</sup> a que aludem o *caput* e o primeiro parágrafo do artigo 557 é, segundo lição de Cândido Rangel DINAMARCO, o Superior Tribunal de Justiça, pois “é o único tribunal superior com competência para causas regidas pelo direito processual civil comum.”<sup>123</sup>

Como bem observa o Professor Sérgio Cruz ARENHART<sup>124</sup>, embora a redação do art. 557 dê a impressão de serem cinco os casos, na realidade são apenas três, pois a hipótese em que o recurso mostra-se “prejudicado” configura uma espécie própria de inadmissibilidade (diante da falta de interesse recursal, por perda do objeto do recurso)<sup>125</sup> e o confronto com súmula ou jurisprudência dominante de tribunal caracteriza-se como situação de improcedência.

Do acima exposto, extraem-se os seguintes pressupostos do julgamento monocrático: a) manifesto descabimento; b) manifesta improcedência; c) manifesta procedência.

Antes da análise dos pressupostos, uma questão que se coloca é a que diz respeito ao significado do termo “manifestamente”. A princípio, pode levar à

<sup>121</sup> DIAS, op. cit., p. 284.

<sup>122</sup> São tribunais superiores da União o Superior Tribunal de Justiça e o tribunal superior de cada Justiça Especial (Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar).

<sup>123</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 131.

<sup>124</sup> ARENHART, op. cit., p. 43-44.

<sup>125</sup> Recurso manifestamente prejudicado é aquele superado por decisão ou fato posterior (CARNEIRO, op. cit., p. 16).

conclusão de que a definição do que seja manifesto ou não, irá depender da avaliação subjetiva do magistrado, ou seja, de sua cultura, de seu conhecimento a respeito da jurisprudência dominante ou das súmulas dos tribunais. No entanto, o tema deve ser avaliado objetivamente, pois ou se trata de hipótese de aplicação do artigo 557 ou não.

Segundo o Professor Sérgio Cruz ARENHART<sup>126</sup>, as causas de descabimento do recurso são sempre situações evidentes, pois são questões de pressupostos recursais, questões de direito e, portanto, não há razão em se considerar que o termo “manifesto” se refira aos casos de descabimento.

Para o autor, a locução “manifesta” refere-se aos casos de procedência ou improcedência, isto porque alguma evidência só será revelada quando houver contraste entre o recurso e a súmula ou jurisprudência dominante do próprio tribunal ou dos tribunais superiores. Não existindo este contraste, o exame do recurso não poderá implicar no julgamento exclusivo do relator, devendo ser submetido à apreciação do órgão colegiado competente.

O relator deve, portanto, avaliar com cautela o recurso que lhe é apresentado e verificar se se configura ou não uma situação de descabimento, improcedência ou procedência, exigidos pela lei para a sua atuação monocrática.

Feitas essas considerações iniciais, cumpre analisar cada um dos pressupostos do julgamento monocrático.

### 3.2.1 Recurso Manifestamente Inadmissível

O recurso será manifestamente inadmissível quando restar evidente a falta de algum dos pressupostos genéricos de admissibilidade dos recursos em geral ou de pressuposto específico de um determinado tipo de recurso.

Segundo lição de José Carlos Barbosa MOREIRA<sup>127</sup>, são requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos: a) o cabimento (é preciso que o ato impugnado seja, em tese, suscetível de ataque por meio do recurso escolhido); b) a legitimação para recorrer (são legitimados: a parte, o terceiro juridicamente prejudicado e o Ministério Público); c) o interesse em recorrer (utilidade e

---

<sup>126</sup> ARENHART, *op. cit.*, p. 45.

<sup>127</sup> MOREIRA, *O novo processo...*, p. 117-119.

necessidade do recurso, ou seja, é preciso que o recorrente possa esperar do julgamento do recurso uma situação mais vantajosa, em tese) e d) a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer (fato impeditivo consiste na perda de um direito ou faculdade processual por quem tenha realizado atividade incompatível com o respectivo exercício e são fatos extintivos a renúncia ao direito de recorrer e a aceitação da decisão).

Os requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos são: a) tempestividade (todo recurso deve ser interposto dentro do prazo fixado em lei); b) a regularidade formal (preceitos de forma); c) o preparo (pagamento prévio das despesas relativas ao processamento do recurso).

### 3.2.2 Recurso Manifestamente Improcedente

O recurso é manifestamente improcedente quando desde logo se verificar que a impugnação não terá sucesso. Exige-se análise do mérito por parte do relator.

Quanto a este tema, Athos Gusmão de CARNEIRO<sup>128</sup> faz duas observações que precisam ser destacadas. Primeiramente, assevera que, na realidade, não se trata de negativa de “seguimento” ao recurso, mas sim de negativa de “provimento”, pois o relator não apenas deixa de encaminhar o recurso ao órgão colegiado ao qual em princípio é dirigido, mas declara que a própria pretensão recursal não procede, ou seja, decide monocraticamente o mérito da lide com a mesma eficácia e amplitude de que se revestiria a decisão colegiada.

A segunda observação diz respeito a imperatividade relativa contida na expressão “negará seguimento”. Sustenta o autor que, em determinados casos, pela relevância do tema ou em razão das repercussões sociais que sua decisão singular poderá gerar, mostra-se mais conveniente que a irresignação seja decidida desde logo pelo órgão colegiado, mesmo que ao relator pareça indubitado o acerto do provimento recorrido.

Nagib SLAIBI FILHO ressalta que “a expressão ‘manifestamente improcedente’ exige do relator proceder à cognição que seria dada pela turma julgadora, em antevisão do que esta decidiria, e não em atenção ao entendimento próprio do relator que é, no caso, (...), delegado do colegiado, cujo poder

---

<sup>128</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 16.

‘presenta’.”<sup>129</sup>. Assim, segundo o autor, se o relator eventualmente entender que o recurso deveria ser julgado procedente, mas o posicionamento do colegiado for divergente, o relator deverá negar seguimento, por sua manifesta improcedência, com a ressalva do entendimento pessoal em contrário.

A outra situação de improcedência ocorre quando o recurso está em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

Fabiano CARVALHO<sup>130</sup> critica o emprego da palavra “confronto” dizendo que o legislador utilizou-a impropriamente, já que quer significar comparar, fazer face mutuamente. Para o autor, melhor seria a utilização da palavra contraste, oposição, contrariedade.

Sobre o assunto, José Carlos Barbosa MOREIRA faz a seguinte observação:

O legislador dá a impressão de haver empregado a palavra “confronto” no sentido de contraste, oposição, contradição, conflito. Ora, confronto significa mera comparação. É obvio que de um confronto pode decorrer a conclusão de que as coisas confrontadas (isto é, comparadas) contrastam entre si, se opõem, se contradizem, conflitam uma com a outra; mas esse é apenas *um* dos resultados concebíveis.<sup>131</sup>

Quanto aos termos súmula e jurisprudência dominante, convém analisar o significado de cada uma.

Súmula, para Nelson NERY JR., “é o conjunto das teses jurídicas reveladoras da jurisprudência dominante no tribunal e vem trazida em forma de verbetes sintéticos numerados.”<sup>132</sup>

Para a caracterização de súmula não há problemas, pois o próprio Código de Processo Civil dá a sua definição legal. Prescreve o artigo 479 que “o julgamento, tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o tribunal, será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência.”.

<sup>129</sup> SLAIBI FILHO, op. cit., p. 29.

<sup>130</sup> CARVALHO, Fabiano. Os poderes do relator nos embargos infringentes. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 10.352/2001**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v. 5, p. 202.

<sup>131</sup> MOREIRA, **Algumas inovações...**, p. 326.

<sup>132</sup> NERY JÚNIOR, **Princípios fundamentais...**, p. 82.



Súmula é, portanto, “o enunciado decorrente do incidente de uniformização de jurisprudência e cujo conteúdo representa para o juiz, na expressão de CÂNDIDO DINAMARCO, mais do que um conselho e menos do que uma ordem”.<sup>133</sup>

Nagib SLAIBI FILHO assevera que a nova redação do art. 557 “não extrai do relator, nos termos legais e regimentais, o poder de instaurar o procedimento de revisão da súmula, inclusive no próprio feito em que deveria aplicar o disposto no art. 557”<sup>134</sup>. Ressalta, contudo, que se o relator entender que não deve iniciar o processo de revisão da súmula do próprio tribunal, o que lhe resta, ainda que tenha entendimento pessoal em contrário, é negar seguimento ao recurso por afronta à súmula.

A noção de jurisprudência dominante, por outro lado, suscita muita controvérsia.

Inicialmente, é preciso destacar que jurisprudência dominante não se confunde com jurisprudência pacífica. Ensina o Professor Sérgio Cruz ARENHART que será “pacífica” a jurisprudência quando não encontrar relevante oposição e “dominante” aquela que predomina na orientação dos tribunais, embora, haja entendimentos em sentido contrário.<sup>135</sup>

Segundo Athos Gusmão CARNEIRO<sup>136</sup>, nos tempos atuais, em razão da facilidade e agilidade que a informática proporciona no acesso aos julgados dos diversos tribunais, não há mais como se falar em dificuldade na identificação da jurisprudência ou orientação dominante em determinado tribunal.

O Professor Sérgio Cruz ARENHART rebate o argumento tecendo os seguintes comentários:

A aparente facilidade com que a doutrina vem abordando o tema pode oferecer a falsa impressão de que se trata de questão de evidente solução e de pouca, senão nenhuma, problemática. Realmente, seria muito simples dizer que a jurisprudência dominante de certo tribunal é aquela que predomina naquela específica instância. Porém, esta resposta esconde inúmeras perguntas que se poderia formular, e deixa em aberto toda a caracterização de qual seria esta jurisprudência dominante. Desde logo, seria possível se questionar: dominante em relação a quem? Em relação à câmara (ou turma)? Em relação

<sup>133</sup> SLAIBI FILHO, op. cit., p. 29.

<sup>134</sup> Ibid., p. 30.

<sup>135</sup> Neste mesmo sentido é o entendimento manifestado por José Miguel Garcia Medina, segundo o qual: “pacífico” é o “que é aceito ou admitido sem discussão ou oposição”, a referência à jurisprudência dominante revela que, *muito embora possa haver decisões em sentido diverso, na jurisprudência prevalecem ou sobressaem decisões que adotam a mesma orientação invocada pela decisão do relator.*” (op. cit., p. 372).

<sup>136</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 18.

ao tribunal? Em relação aos tribunais semelhantes (tribunais de justiça)? Dominante quando? Dominante frente a qual composição do tribunal?<sup>137</sup>

Priscila Kei SATO aponta dois critérios para a determinação da jurisprudência dominante: “a) Existência de mais de um acórdão que reflita aquele entendimento, ou unicidade de decisão, desde que esta faça menção de outros julgados no mesmo sentido; b) Decisão do Tribunal Pleno, mesmo que não unânime”.<sup>138</sup>

Segundo o Professor Sérgio Cruz ARENHART, estes critérios podem até servir de apoio para encontrar a definição de jurisprudência dominante, mas não deixam de apresentar problemas, que precisam ser contornados para evitar instabilidade na interpretação da lei processual. Sobre a primeira diretriz, tece a seguinte observação:

Como bem lembra Barbosa Moreira, a prevalecer este entendimento de que bastaria, para caracterizar a existência de jurisprudência dominante, a existência de acórdãos em idêntico sentido, dentro de um mesmo tribunal, ter-se-ia, eventualmente, o caso em que “sucessivas decisões tomadas *numa única* sessão bastam para converter em majoritárias, no tribunal, tese a cujo favor, até então, falava número menor de precedentes”. (...) Não se pode, porém, dizer que, apenas tomando por base uma única sessão de julgamento, em certo dia específico e diante de dada composição do colegiado, se tenha formado jurisprudência dominante, seja do tribunal, seja mesmo daquela específica turma.<sup>139</sup>

Para o autor, a noção de jurisprudência dominante capaz de ensejar o julgamento monocrático do recurso, deve ser vista sob o mesmo prisma da súmula, ou seja, diante do incidente de uniformização de jurisprudência, atingido o número de votos necessários para qualificar a decisão tomada por maioria absoluta, tem-se a edição de uma súmula do tribunal, e ela representará a opinião da corte; caso a decisão se dê por maioria simples, inviabilizada resta a elaboração de súmula, mas ainda assim a posição do tribunal não pode ser desconsiderada, representando jurisprudência dominante.

Para Cândido Rangel DINAMARCO<sup>140</sup>, a jurisprudência dominante não é somente aquela já estabelecida em incidentes de uniformização de jurisprudência,

<sup>137</sup> ARENHART, op. cit., p. 47.

<sup>138</sup> SATO, Priscila Kei. Jurisprudência (pre)dominante. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 583.

<sup>139</sup> ARENHART, op. cit., p. 48.

<sup>140</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 134.

mas também a que estiver presente em um número significativo de julgados, a critério do relator.

José Carlos Barbosa MOREIRA aconselha aos relatores comedimento na aplicação das disposições que os autorizam a julgar com base no confronto com a jurisprudência dominante, pois pode haver razões ponderáveis para colocar em dúvida a existência de uma tese claramente dominante. Segundo o autor, “nessa perspectiva, assume feição didática, por assim dizer, o adjetivo ‘manifesto’ com que o §1º-A (...) faz questão de qualificar o substantivo ‘confronto’.”<sup>141</sup>

A respeito da alteração<sup>142</sup> na redação do *caput* do art.557, Athos Gusmão CARNEIRO observa que o novo texto legal passou a permitir a rejeição do recurso, por decisão monocrática do relator, não só nos casos de contrariedade à súmula do tribunal competente para o julgamento ou de tribunal superior, como também nos casos em que a “*tese jurídica que o fundamenta revelar-se contrária à jurisprudência dominante no Tribunal de Justiça ou de Alçada ou, destacadamente, no Supremo Tribunal Federal ou tribunal superior outro*”<sup>143</sup>.

Neste momento, um outro questionamento pode ser levantado quanto a decisão a ser adotada para o caso em que a súmula ou jurisprudência dominante no tribunal de segundo grau se apresentar em sentido contrário à súmula ou jurisprudência dominante dos tribunais nacionais superiores.

Athos Gusmão CARNEIRO<sup>144</sup> entende que, para manter a lógica do sistema, o relator só poderia negar provimento ao recurso em sessão colegiada, após detido confronto entre os fundamentos da orientação de segundo grau e da corte superior e verificação da conveniência de se manter o posicionamento discordante.

A respeito do tema, a 2ª Turma do STJ manifestou o seguinte entendimento: “‘jurisprudência dominante do respectivo tribunal’ somente poderá servir de base para negar seguimento a recurso quando o entendimento adotado nesse tribunal estiver de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, ‘sob pena de negar às partes o direito constitucional de

<sup>141</sup> MOREIRA, *Algumas inovações...*, p. 325.

<sup>142</sup> Substituição da expressão “recurso manifestamente ... (omissis) ... contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior”, por “recurso manifestamente ... (omissis) ... em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de tribunal superior” (CARNEIRO, op. cit., p. 18)

<sup>143</sup> Id.

<sup>144</sup> Ibid., p. 19.

acesso às vias extraordinárias ... (*omissis*) ... (Resp 193.189, rel. Min. Franciulli Netto, j. 20.06.2000, *Informativo STJ* 62, jun. 2000).<sup>145</sup>

O Desembargador Accácio CAMBI tece os seguintes comentários a respeito:

... ao interpretar essa hipótese de aplicação do artigo 557 do CPC, o relator não deve ser afoito em negar seguimento ao recurso, porque nem sempre é evidente a discrepância entre a tese defendida pelo recorrente e a posição da súmula ou da jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou do STJ. É recomendável que o relator examine com cuidado as razões do recurso, uma vez que é possível que haja argumentos novos, que não foram considerados quando o tribunal formou o posicionamento dominante, e que podem dar ensejo à modificação da jurisprudência anterior. Aliás, como bem adverte José Carlos Barbosa Moreira: 'Preferível suportar algum peso a mais na carga de trabalho dos tribunais a contribuir para a fossilização da jurisprudência'.<sup>146</sup>

Nagib SLAIBI FILHO critica esse dispositivo dizendo que:

... os efeitos da nova redação do art. 557, *caput*, são bem mais devastadores, pois, além de vincular o relator à súmula de seu tribunal, vinculou-o, ainda, às súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

Implantou-se muito mais do que a "súmula vinculante" (...), pois o que se tem agora é a vinculação às decisões do plenário do Supremo Tribunal Federal em tema constitucional (...) e, pelo *caput* do art. 557, vinculação à jurisprudência dominante do próprio tribunal, da Suprema Corte e de tribunal superior.<sup>147</sup>

### 3.2.3 Recurso Manifestamente Procedente

O §1º-A do art. 557, acrescentado pela Lei 9.756/98, ampliou ainda mais os poderes do relator, permitindo o provimento monocrático do recurso no caso de decisão recorrida em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Em outras palavras, em segundo grau, o relator não poderá dar provimento, em juízo singular, fundamentado apenas no entendimento predominante de seu próprio tribunal, é preciso encontrar amparo na orientação dominante dos pretórios superiores. Isto porque, caso adotasse a jurisprudência local discordante das cortes superiores, o relator estaria emitindo, em singelo juízo monocrático, pronunciamento que, muito provavelmente, seria reformado pelos tribunais superiores.

<sup>145</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 19.

<sup>146</sup> CAMBI, op. cit., p. 04.

<sup>147</sup> SLAIBI FILHO, op. cit., p. 30.

### 3.3 JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

A nova redação do inciso I do art. 527 do CPC faz remissão aos casos do art. 557, o que significa que, distribuído o agravo, o relator poderá negar-lhe seguimento, liminarmente, se o recurso for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal ou de Tribunal Superior.

Isto pode ser feito independentemente de se ter estabelecido o contraditório e de o juiz já ter prestado informações, pois, conforme ensinam Luiz Rodrigues WAMBIER e Teresa Arruda Alvim WAMBIER<sup>148</sup>, ao incidir o art. 557, o agravo segue por um caminho diferente e incompatível com o art. 527, incisos III a VI.

Ressaltam, que “Por esta razão, e já que o contraditório *não está formado*, parece que não se aplica ao agravo o §1º-A, ou seja, o relator não pode, sob qualquer pretexto, dar provimento ao recurso sem estabelecer o contraditório, por mais *manifestas* que sejam as situações ocorrentes (das listadas no §1º-A).”<sup>149</sup>

No caso do agravo de instrumento, portanto, o relator só poderá julgar monocraticamente o recurso se for para negar-lhe seguimento ou negar procedência, pois nestas duas hipóteses, o não estabelecimento do contraditório não prejudicará o agravado.

O recurso será manifestamente inadmissível se faltar algum de seus pressupostos genéricos ou específicos de admissibilidade.

O relator, liminarmente, negará seguimento ao agravo de instrumento se, por exemplo, for interposto contra despacho de mero expediente; protocolado após o término do prazo recursal de 10 dias; sem o devido preparo<sup>150</sup>; se o agravante não tiver legitimidade recursal ou mesmo interesse, pelo fato da decisão não lhe acarretar qualquer gravame. Será, ainda, inadmissível se houver reconsideração da decisão agravada ou “prolação de decisão superveniente de cunho terminativo ou definitivo, pois a sentença concentrará o alvo das irresignações daquele que agravou antes de sua prolação.”<sup>151</sup>

<sup>148</sup> WAMBIER, L. R.; WAMBIER, T. A. A., op. cit., p. 166.

<sup>149</sup> Id.

<sup>150</sup> Se não for caso de justiça gratuita.

<sup>151</sup> CRISTSINELIS, op. cit., p. 145.

Quanto aos casos de recursos insuficientemente instruídos, Athos Gusmão de CARNEIRO<sup>152</sup> anota que:

... a norma legal não dispõe sobre os casos de recursos “insuficientemente instruídos”, a cujo respeito, relativamente ao agravo, previa o art. 557, em sua primeira e originária redação, a “conversão em diligência”. Quanto ao agravo, aliás, vale sublinhar que sua instrumentalização é, *agora*, tarefa e ônus exclusivo do recorrente (arts. 524-525), pelo que, quando insuficientemente instruído, será de regra indeferido liminarmente pelo relator (art. 527, *caput*).

O art. 524 prevê os requisitos que a petição do agravo de instrumento deverá conter: a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma da decisão e o nome e endereço completo dos advogados constantes no processo.

A motivação é um dos pressupostos de admissibilidade de qualquer recurso e, portanto, a sua ausência implica o seu não conhecimento. Quanto ao nome e endereço dos advogados, o Professor Manoel Caetano Ferreira Filho assevera que “Seria de exagerado, e portanto inaceitável, formalismo negar conhecimento ao agravo por não constarem da respectiva petição o nome e o endereço dos advogados do processo se nas procurações juntadas ao instrumento tais elementos estiverem evidenciados.”<sup>153</sup>

Para a formação do instrumento, o artigo 525 dispõe que o recurso deverá ser instruído com fotocópias das peças necessárias ao julgamento do pedido. O Código classifica-as em obrigatórias, úteis e convenientes.

É de responsabilidade do agravante a juntada das peças obrigatórias e úteis. São consideradas obrigatórias as cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. Além dessas, é também obrigatória a juntada do comprovante de preparo. A falta de algum desses documentos implicará necessariamente o não conhecimento do agravo.

Quanto à ausência de peça considerada útil pelo agravante, para demonstrar a procedência de seus argumentos, o Professor Manoel Caetano FERREIRA FILHO ensina que:

... conduzirá normalmente a uma situação processual desfavorável ao agravante, que poderá ter o seu recurso desprovido. Excepcionalmente, porém, uma peça não considerada

---

<sup>152</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 16.

<sup>153</sup> FERREIRA FILHO, op. cit., p. 223.

obrigatória, e que seria, quando muito, útil, pode levar ao não conhecimento do recurso. Tal só ocorrerá, no entanto, se o julgamento da questão posta no agravo for impossível na ausência da peça tida como não obrigatória pela lei.<sup>154</sup>

Por fim, aduz que as peças facultativas estão relacionadas com o mérito, e não com o juízo de admissibilidade do agravo e a sua ausência não impedirá o conhecimento do recurso, podendo, quando muito, justificar o seu desprovimento.

O parágrafo único do artigo 526, acrescentado pela Lei 10.352/01, prevê que a não juntada, nos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e a relação dos documentos que instruíram o recurso, pode acarretar a sua inadmissibilidade, desde que argüido e provado pelo agravado.

A respeito, Luiz Rodrigues WAMBIER e Teresa Arruda Alvim WAMBIER anotam que:

... a demonstração, no juízo *ad quem*, no sentido de que ônus do art. 526 não foi cumprido, não é ônus do agravante e não pode ser analisada pelo Tribunal (nem por óbvio, pelo relator) como requisito de admissibilidade do recurso. É ônus do agravado argüir e comprovar a não juntada (...), pois é ele o prejudicado por poder ter tido mais dificuldades em conseguir esta minuta no Tribunal para poder contraminutar o recurso.<sup>155</sup>

O relator também poderá julgar singularmente o recurso, negando-lhe provimento se for manifesta a sua improcedência, por sua tese jurídica estar em evidente discrepância com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

### 3.4 RECURSO CONTRA A DECISÃO MONOCRÁTICA

Cândido Rangel DINAMARCO aponta como um aspecto positivo dessas inovações sistemáticas havidas no Processo Civil brasileiro, a outorga à parte do poder de provocar a manifestação do colegiado competente, sempre que não concordar com a decisão singular do relator. Segundo o autor, “esse cuidado homenageia a garantia constitucional do devido processo legal, na medida em que põe limite ao poder do relator em julgamentos que em princípio pertencem aos

<sup>154</sup> Id.

<sup>155</sup> WAMBIER, L. R.; WAMBIER, T. A. A., op. cit., p. 161-162.

órgãos colegiados; presta reverência também ao valor das garantias do juiz natural, porque os colegiados são o juiz natural dos recursos.”<sup>156</sup>

O §1º do art. 557 do CPC dispõe que da decisão do relator que não admitir, dar ou negar provimento ao recurso caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto e se provido o agravo, o recurso terá seguimento.

Inicialmente, cumpre fazer uma observação a respeito das denominações utilizadas pela doutrina, decorrentes da ausência de nomenclatura na própria lei: “agravo, agravinho, agravo regimental, agravo de mesa, agravo legal”<sup>157</sup>.

Ao tempo em que o agravo contra decisão do relator só era previsto em regimento interno de tribunais, utilizava-se a denominação “agravo regimental”. Mas a partir do momento em que recebeu previsão legal, a doutrina passou a utilizar as outras denominações.

Carreira ALVIM<sup>158</sup> manifestou sua preferência em denominá-lo “agravo interno”, por se tratar de um agravo que agride decisão interna do tribunal, ao contrário dos agravos retido e de instrumento, que agridem decisão externa ao tribunal.

Há divergências doutrinárias quanto à natureza jurídica e quanto à função desse “agravo”.

O Professor Manoel Caetano FERREIRA FILHO<sup>159</sup> defende a tese de que esse “agravo interno” (cabível contra decisão de relator que não admite, dá ou nega provimento a recurso em segundo grau de jurisdição e nos tribunais superiores) é uma das espécies do agravo previsto no inciso II do art. 496 do CPC, assim como o agravo de instrumento (cabível contra as decisões interlocutórias de primeiro grau e das decisões denegatórias de recurso extraordinário ou especial) e o agravo retido (cabível contra as decisões interlocutórias de primeiro grau).

<sup>156</sup> CÂNDIDO, op. cit., p. 132.

<sup>157</sup> ROCHA, Eliana Pires; GUEDES, Jeferson Carús. Efeito devolutivo regressivo ou “repositivo” e juízo de retratação nos recursos cíveis. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. v. 4, p. 326.

<sup>158</sup> ALVIM, J. E. C. **Código...**, p. 286.

<sup>159</sup> FERREIRA FILHO, op. cit., p. 202.



João Batista LOPES<sup>160</sup> acrescenta a esse rol, o agravo regimental que, segundo o autor, não se confunde com o agravo interno. Isto porque os regimentos não podem criar recursos não previstos em lei, em razão do princípio da taxatividade. Aduz que o agravo regimental funciona, na realidade, como pedido de reconsideração ao relator, pois tem o condão de submeter a matéria, de imediato, à sua reapreciação, independentemente de distribuição. Assim, ao receber os autos, o relator tem, se não reconsiderar a decisão, o dever de pôr o processo em mesa, na primeira sessão do colegiado.

Athos Gusmão CARNEIRO defende o entendimento de que o agravo interno é, “induidosamente, um *tertus genus* relativamente ao agravo retido e ao agravo de instrumento.” Acrescenta que “difere substancialmente do agravo retido (...), pois sua eficácia não é diferida para momento processual posterior. E independe de instrumento, pois não exige autos em separado. Cuida-se, outrossim, de um agravo, muito embora a decisão impugnável (...) possa vir a pôr termo ao processo.”<sup>161</sup>

Segundo lição do Professor Sérgio Cruz ARENHART<sup>162</sup>, este é o entendimento da maioria doutrinária.

Carlos Alberto CARMONA<sup>163</sup> ressalta que para alguns, o agravo serviria apenas para verificar se a decisão do relator foi proferida sob amparo legal, ou seja, dentro das hipóteses legais, “de tal sorte que o provimento do agravo serviria para desconstituir o julgamento, passando o recurso a ter processamento regular.” Para outros, o agravo devolveria ao órgão julgador competente o conhecimento do recurso principal, de tal sorte que a câmara ou turma passaria desde logo a decidir este último.

O Professor Sérgio Cruz ARENHART defende a tese de que o agravo “não configura espécie do *recurso de agravo*, disciplinado pelo Código em diversos dispositivos e sob diferentes modalidades. (...) constitui apenas maneira de devolver

---

<sup>160</sup> LOPES, João Batista. Agravo regimental: recurso ou pedido de reconsideração? In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001; p. 587-588.

<sup>161</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 20.

<sup>162</sup> ARENHART, op. cit., p. 50.

<sup>163</sup> CARMONA, Carlos Alberto. O sistema recursal brasileiro: breve análise crítica. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 47.

ao colegiado competência que originalmente sempre lhe pertenceu e, por isso mesmo, não pode constituir recurso novo.”<sup>164</sup> E acrescenta:

... por não constituir figura nova, não tem a virtude de alterar a natureza do primitivo recurso interposto. Vale dizer que, submetida a decisão do relator ao colegiado (pela via do “agravo”), este órgão – se entender que a conduta do relator não estava amparada nas expressas hipóteses previstas pelo art. 557, *caput* – iniciará o julgamento *não de um agravo*, mas do recurso originalmente apresentado. O “provimento do agravo” importará no conhecimento imediato do recurso inicial (julgado pelo relator), dado que o colegiado entende que a supressão do exame daquele por parte do relator (que julgou monocraticamente) não tinha respaldo em lei e, portanto, <sup>165</sup>aquele magistrado mostrava-se incompetente para proferir a decisão solitária, como o fez.

Nesse mesmo sentido é o entendimento manifestado pelo Professor Eduardo TALAMINI<sup>166</sup>:

O nome que se dê à medida – “agravo interno”, “regimental”, “agravinho” – é irrelevante, pois a essência do ‘agravo’ interposto no âmbito interno do tribunal contra decisões isoladas de algum de seus membros *é sempre a mesma*: trata-se de *mecanismo destinado a levar ao colegiado a decisão individualmente adotada*. A diferença de nomes (“interno” e “regimental”) toma em conta um aspecto secundário: qualifica-se como ‘regimental’ o agravo que está expressamente previsto no regimento do tribunal, e como ‘interno’ aquele que se ampara em explícita previsão da lei ou na imposição constitucional de julgamento colegiado pelos tribunais.<sup>167</sup>

Ressalta, ainda, que “seu cabimento *independe de expressa previsão* na lei ou no regimento. É decorrência direta de um atributo *constitucional* dos tribunais brasileiros: sua composição e forma de atuação necessariamente colegiadas.”<sup>168</sup>

Nagib SLAIBI FILHO faz interessante observação a respeito: “(...) mostra-se sem relevância jurídica o fato de que o agravo do art. 557, §1º, muitas vezes é considerado como se fosse regimental, por sua perfeita identidade com aquele criado pela lei e pela relevante circunstância de que não poucos regimentos internos dos tribunais (...) ‘incorporaram’ as normas legais.”<sup>169</sup>

O Professor Eduardo TALAMINI ressalta, no entanto, que as decisões tomadas pelo relator ou outro integrante do tribunal serão sempre passíveis de agravo, no prazo de cinco dias, exceto nos casos em que: “(i) a decisão adotada isoladamente não derive de uma delegação de poder do próprio tribunal a que

<sup>164</sup> ARENHART, op. cit., p. 52.

<sup>165</sup> Ibid., p. 53.

<sup>166</sup> TALAMINI, op. cit., p. 183.

<sup>167</sup> Ibid., p. 184.

<sup>168</sup> Id.

<sup>169</sup> SLAIBI FILHO, op. cit., p. 21.

pertence o seu prolator<sup>170</sup>; e (ii) a decisão adotada isoladamente deva ser, em virtude de seu conteúdo, necessariamente revista pelo colegiado independentemente de agravo interno ou regimental<sup>171</sup>.”

Partindo da premissa de que o “agravo” não tem natureza de recurso, uma série de considerações deve ser analisada.

O Professor Sérgio Cruz ARENHART defende a tese de que no julgamento desse agravo é cabível a sustentação oral (desde que o recurso comporte), o preparo é dispensado, inexistente contraditório e é necessária a publicação da data do julgamento.

Quanto ao cabimento da sustentação oral, como no julgamento do agravo de instrumento não é cabível, também não o será no julgamento do agravo interno.

Segundo o Professor, não é razoável a submissão do agravo a novo preparo de custas, pois não se trata de novo recurso, mas apenas de uma forma de se fazer retornar ao colegiado a competência para julgar o recurso originalmente interposto e que fora indevidamente exercida pelo relator. Justifica-se dizendo que:

Submeter o recorrente – que viu a atribuição para julgar seu recurso indevidamente tomado pelo relator, que, fora das hipóteses legais, pretende analisá-lo isoladamente – a novo preparo é esquecer que o colegiado, ao apreciar o recurso, não aprecia uma nova figura, mas apenas retoma para si a competência que sempre foi sua, invalidando o ato do relator que excedeu sua esfera de tarefas, *julgando, em verdade, o próprio recurso originalmente interposto*. Daí resulta claro que não pode haver novas custas a serem arcadas pelo recorrente, já que este já as desembolsou quando interpôs o recurso primeiro (na verdade, o único).<sup>172</sup>

Por esse mesmo raciocínio, justifica a inexistência de contraditório no agravo. Sustenta que no recurso originário já foi oportunizado o contraditório e como o agravo não constitui recurso novo, “mas apenas reiteração do pedido inicialmente exposto no recurso original, no sentido de que a insurgência seja apreciada pelo colegiado.”<sup>173</sup>, não há razão para se conceder novo prazo para outra manifestação da parte adversa.

---

<sup>170</sup> O autor cita como exemplo dessa hipótese, a decisão de presidente (ou vice) do tribunal *a quo* quanto à admissibilidade de recurso especial ou extraordinário, cujo reexame compete, respectivamente, ao STJ e STF, por expressa previsão constitucional. Op. cit., p. 183.

<sup>171</sup> Como exemplo dessa hipótese cita a decisão que defere o processamento de qualquer recurso, de mera admissão inicial, pois os pressupostos de admissibilidade recursal serão reapreciados pelo colegiado. Op. cit., p. 183.

<sup>172</sup> ARENHART, op. cit., p. 54.

<sup>173</sup> Id.

Opinião diversa é manifestada por Teresa Arruda Alvim WAMBIER<sup>174</sup>, segundo a qual, apesar do texto legal não fazer referência à efetivação do contraditório, este não pode ser suprimido sob pena de inconstitucionalidade.

O Professor Eduardo TALAMINI trata a questão de forma mais minuciosa, levando em conta diversas situações. Ressalta que “O princípio geral é o de que essa garantia em favor do adversário do ‘agravante’ deverá ser observada *sempre que não houver já antes sido eficazmente assegurada e não puder ser aplicada depois de modo igualmente eficaz – e desde que não haja urgência que justifique sua postergação.*”<sup>175</sup>

A primeira hipótese apontada pelo autor é o caso dos recursos cujo processamento inicial se dá perante o juízo *a quo*, onde é oportunizado o contraditório antes de se encaminhar os autos ao relator, como ocorre na apelação, no recurso especial, no recurso extraordinário e no agravo de instrumento contra a denegação desses dois últimos recursos. Desse modo, quando uma das partes interpõe o agravo contra a decisão do relator que não conheceu, proveu ou desproveu algum desses recursos, a outra parte já pôde se manifestar sobre tais questões nas razões ou contra-razões do próprio recurso.

A outra hipótese levantada diz respeito ao caso em que o relator liminarmente nega a admissibilidade do agravo de instrumento. “Nessa hipótese, dispensa-se contraditório no ‘agravo interno’ sob a premissa de que, caso o colegiado reveja a decisão do relator e admita o processamento do agravo de instrumento, a parte recorrida poderá ainda depois, ao apresentar suas contra-razões ao recurso, discutir os pressupostos de admissibilidade recursal, sem que tenha havido preclusão quanto a essas matérias.”<sup>176</sup>

Há, ainda, casos em que a urgência da situação justifica que o “‘agravo interno’ ou ‘regimental’ proposto contra o deferimento ou indeferimento da medida seja prontamente levado a exame pelo colegiado, sem abertura de vista para a parte contrária.”<sup>177</sup> Segundo o autor, é o que ocorre, por exemplo, em relação aos pedidos de efeito suspensivo (ou ativo) em agravo de instrumento indeferidos pelo relator.

---

<sup>174</sup> Anotações a respeito da Lei 6.756, de 17 de dezembro de 1998. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 578.

<sup>175</sup> TALAMINI, op. cit., p. 187.

<sup>176</sup> Ibid., p. 189.

<sup>177</sup> Ibid., p. 188.

Nesse caso, o agravante tem o direito de ter sua questão examinada pelo colegiado na primeira sessão seguinte à sua interposição.

Quanto a essa hipótese é preciso fazer, ainda, algumas considerações.

O Código de Processo Civil não prevê o cabimento de recurso contra a decisão que concede ou nega o efeito suspensivo ao agravo de instrumento, como o faz expressamente no artigo 557, §1º. Essa omissão acabou gerando controvérsias tanto na doutrina como na jurisprudência, acerca do cabimento do agravo regimental.

Segundo o Professor Manoel Caetano FERREIRA FILHO<sup>178</sup>, há uma corrente que defende o não cabimento do agravo regimental, sob o argumento de que a competência para legislar sobre direito processual é de competência privativa<sup>179</sup> da União e, portanto, somente lei federal poderia criar e extinguir recursos. Nessa linha de raciocínio, os regimentos internos não poderiam criar recursos, prevendo o cabimento do agravo regimental em determinadas circunstâncias.

Há outra corrente que defende a tese de que é cabível o agravo regimental ainda que não haja previsão no regimento interno, por imposição do sistema constitucional, segundo o qual a decisão do tribunal há de ser sempre tomada em colegiado. Assim, deve ser sempre cabível recurso que permita o reexame pelo colegiado das decisões proferidas isoladamente pelo relator. “Atribuir a última decisão do tribunal a um órgão monocrático seria ferir o sistema constitucional”.<sup>180</sup>

Carreira Alvim assevera que “A decisão monocrática do relator sempre comportou recurso, pois, no fundo, trata-se de uma decisão *singular, ad referendum do colegiado*”.<sup>181</sup>

O Professor Manoel Caetano FERREIRA FILHO também defende este entendimento e acrescenta mais um argumento: o agravo regimental não tem natureza de recurso, “trata-se de mero mecanismo de aferição da fidelidade do relator ao poder que lhe é dado para decidir em nome do colegiado.” Assim, não sendo recurso, “o agravo regimental não depende de previsão em lei federal e sua

---

<sup>178</sup> FERREIRA FILHO, op. cit., p. 235.

<sup>179</sup> Artigo 22, I, da Constituição Federal.

<sup>180</sup> FERREIRA FILHO, op. cit., p. 235.

<sup>181</sup> ALVIM, J. E. C., *Código...*, p. 297.

disciplina nos regimentos internos dos tribunais não viola o previsto no art. 22, I, da Constituição Federal.”<sup>182</sup>

Apesar de entender ser cabível o agravo regimental, o autor ressalta que é possível a interpretação extensiva do art. 557, para admitir o cabimento do agravo interno contra a decisão que concede ou nega efeito suspensivo ao agravo.

A respeito do tema, Teresa Arruda Alvim WAMBIER aduz que:

O legislador faz menção, no art. 557, §1º, a que o recurso ali referido tem cabimento contra decisão denegatória do recurso, a que o *caput* desse mesmo dispositivo diz respeito. Parece-nos que o legislador disse menos do que queria. Assim, nesse diapasão, o recurso do §1º do art. 557 também pode ser interposto contra o ato do relator que, embora admita o agravo, não lhe dê efeito suspensivo ...<sup>183</sup>

É interessante destacar que o regimento interno do Tribunal de Alçada<sup>184</sup> e do Tribunal de Justiça<sup>185</sup> do Estado do Paraná expressamente afastam o cabimento do agravo regimental contra decisão do relator que concede ou nega o efeito suspensivo ao agravo de instrumento. Mas é possível encontrar na jurisprudência do Tribunal de Alçada, três entendimentos diversos: a) não cabe o regimental<sup>186</sup>; b) não cabe o regimental nem o interno<sup>187</sup>; e c) cabe o agravo interno<sup>188</sup>.

<sup>182</sup> FERREIRA FILHO, op. cit., p. 236.

<sup>183</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Fungibilidade de “meios”: uma outra dimensão do princípio da fungibilidade. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. v. 4, p. 1101.

<sup>184</sup> Art. 210 do Regimento Interno do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

<sup>185</sup> Art. 247 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

<sup>186</sup> “Agravos Regimental. Recurso contra decisão monocrática do relator que não concedeu antecipação de tutela recursal em agravo de instrumento. Irrecorribilidade. Inteligência do art. 210, caput do Regimento Interno do Tribunal de Alçada com redação alterada pela Resolução nº 03/97. Recurso não conhecido. Não se conhece do Agravo Regimental que desafia decisão monocrática do relator concessiva ou não de efeito suspensivo em qualquer recurso, ex vi do artigo 210 do Regimento Interno do Tribunal de Alçada com redação alterada pela Resolução nº 03/97.” (Agravo Regimental nº 221719-8/01, Ac. nº 1312, relator Juiz Wilde Pugliese, da Nona Câmara Cível, julg.: 18/02/03 – DJ: 28/02/03).

<sup>187</sup> “Agravos Regimental. Decisão que indefere pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal. Recurso não conhecido. Não cabe agravo interno ou agravo regimental da decisão do relator que nega ou concede efeito suspensivo ao agravo de instrumento, bem como daquela em que o relator concede ou nega antecipação de tutela recursal.” (Agravo Regimental nº 225504-3/01, Ac. 1467, relator Juiz Lauri Caetano da Silva, da Décima Câmara Cível, julg.: 13/03/03 – DJ: 28/03/03).

<sup>188</sup> “Agravos Regimental contra ato jurisdicional de relator que aprecia a questão de efeito suspensivo em agravo de instrumento. Vedação expressa no art. 210 do RITA. Admissibilidade, no entanto, da interposição da medida prevista no §1º, do art. 557, do COC. Aplicação do princípio da fungibilidade... (Agravo Regimental nº 219783-7/01, Ac. nº 14890, relator Juiz Carvilio da Silveira Filho, da Sexta Câmara Cível, julg.: 25/02/03 – DJ: 21/03/03).

Para o Professor Manoel Caetano FERREIRA FILHO<sup>189</sup>, tal previsão é inconstitucional pelos fundamentos acima expostos.

Teresa Arruda Alvim WAMBIER manifesta-se no mesmo sentido, ressaltando que os regimentos internos dos tribunais não podem criar e tampouco extinguir recursos. Sustenta que “Estabelecer regra no sentido de que determinado recurso (criado por lei federal) *não cabe desta ou daquela decisão* é o mesmo que *extingui-lo para aquela hipótese*”.<sup>190</sup> E conclui dizendo que:

... os Tribunais não podem dispor a respeito do cabimento de recurso, sob pena de o dispositivo de regimento que o faça ou uma resolução estejam eivados do vício de inconstitucionalidade, já que, como se sabe, recursos não podem ser criados ou extintos, salvo por lei federal. Se o caso se encarta na hipótese de incidência do agravo – já que se trata de decisão interlocutória – não pode Regimento Interno do Tribunal afastar o cabimento do recurso, como também não poderia fazê-lo sequer Lei Estadual ou Municipal, sob pena de ver-se burlado o *art. 22, I, da CF*.<sup>191</sup>

Voltando à questão do contraditório no “agravo interno”, o Professor Eduardo TALAMINI aponta como hipótese em que necessariamente haverá de ser observada essa garantia, o caso em que não foi oportunizado o contraditório antes da decisão do relator, mas também poderá não haver, conforme o resultado do julgamento do “agravo interno”, possibilidade posterior de contraditório. Cita como exemplo a hipótese em que o relator liminarmente nega provimento ao agravo de instrumento contra decisão de primeiro grau. Argumenta que:

Até então, ainda não terá havido a oportunidade de apresentação de contra-razões ao recurso, já que o agravo de instrumento em causa é diretamente interposto no órgão *ad quem*. Ora, se o “agravo interno” contra a decisão do relator for provido, reformando-se-a para dar provimento ao agravo de instrumento, não haverá um momento posterior para exercício do contraditório pelo agravado: o procedimento recursal do agravo de instrumento estará exaurido e com uma decisão contrária ao agravado. Logo, nesse caso é imprescindível que, oposto o “agravo interno”, antes de ser levado ao julgamento, abra-se vista para o agravado apresentar suas contra-razões (ao próprio agravo de instrumento).<sup>192</sup>

Ainda com relação a este tema, o autor faz mais duas ressalvas<sup>193</sup>. A primeira é a de que mesmo nos casos em que afirmou ser dispensável o contraditório, há possibilidade de manifestação espontânea da outra parte. Aduz que a dispensa do contraditório não significa a sua proibição. A outra é a de que há o

<sup>189</sup> FERREIRA FILHO, op. cit., p. 237.

<sup>190</sup> WAMBIER, T. A., **Fungibilidade...**, p. 1106.

<sup>191</sup> Ibid., p. 1106-1107.

<sup>192</sup> TALAMINI, op. cit., p. 189.

<sup>193</sup> Ibid., p. 190.

“dever de abertura de vista ao adversário”<sup>194</sup> nos casos em que, a princípio, seria dispensável, quando fosse apresentado com o “agravo interno” documentos ou elementos de argumentação novos.

Por fim, acrescenta que o agravo interno presta-se a fazer com que o colegiado confira a atuação delegada ao seu integrante e assim, “basta à parte que o interpõe pleitear a simples revisão da decisão tomada isoladamente. Não é necessário que ela aduza novas razões que critiquem a decisão individual. Basta-lhe reiterar as razões anteriores ou a elas se reportar.”<sup>195</sup>

Segundo Humberto THEODORO JR, o reexame do colegiado, nesse agravo interno, restringe-se à verificação da ocorrência ou não de hipótese legal autorizadora do julgamento monocrático. Se se verificar a existência de tal poder, a decisão será, a princípio, mantida. “Não há uma revisão pura e simples de seu ato pelo colegiado, pois do contrário, ao invés de simplificar a marcha recursal estar-se-ia criando mais uma instância, mais um grau de jurisdição.”<sup>196</sup> Mas, se faltavam condições legais para a decisão singular, esta será cassada e o recurso principal terá seguimento e será submetido ao julgamento colegiado depois de seu regular processamento.

Athos Gusmão CARNEIRO, por entender que o agravo interno constitui outra modalidade recursal, aduz que “Os argumentos da petição recursal devem impugnar direta e especificamente os fundamentos da decisão agravada, cabendo inclusive argüir que o caso concreto não admitiria a decisão singular; não bastará à parte, simplesmente, repetir a fundamentação do recurso ‘anterior’. Neste sentido, o argumento da Súm. 182<sup>197</sup> do STJ.”<sup>198</sup> Sustenta que impugnada a decisão singular através de agravo interno, “*não poderá a Turma ou Câmara, caso venha a dar provimento ao dito agravo, passar desde logo ao conhecimento e ao julgamento do recurso.*”<sup>199</sup> Isto porque, segundo o autor, tal conduta importaria ofensa ao devido processo legal.

---

<sup>194</sup> Id.

<sup>195</sup> Ibid., p. 185.

<sup>196</sup> THEODORO JR, **O processo civil...**, p. 200.

<sup>197</sup> Súmula 182 STJ: “É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada”.

<sup>198</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 21.

<sup>199</sup> Ibid., p. 23.



Ressalta, ainda, que a decisão colegiada que der provimento ao agravo interno interposto contra o indeferimento liminar de um agravo de instrumento não vincula a parte contrária nem o próprio órgão colegiado. No sentido de que, a parte contrária poderá sustentar, em contra-minuta, a correção da decisão inicial do relator e o órgão colegiado, quando do julgamento final poderá conhecer do agravo de instrumento ou negar provimento, aceitando os mesmos fundamentos antes rejeitados, ou novos motivos aduzidos pelo agravado.<sup>200</sup>

Com relação ao pronunciamento de mérito, entende que a alteração do conteúdo da decisão singular poderia abrir oportunidade para que a parte antes vitoriosa, e agora sucumbente, interpusse um novo agravo interno. Sustenta que é preciso interpretar a norma legal de forma sistemática, levando em conta as razões que presidiram sua edição, como a aceleração da marcha processual, o alívio da carga de trabalho nos tribunais, a racionalização do sistema recursal.<sup>201</sup>

Outra observação feita pelo Professor Sérgio Cruz ARENHART, diz respeito à inexistência de menção no §1º do artigo 557 à necessidade de publicação em pauta, da data do julgamento. Segundo o autor, como o agravo não altera a natureza do recurso originário e “se é este que deverá ser julgado pelo tribunal (caso se convença que a atuação do relator, ao decidir isoladamente o recurso, foi descabida), então o procedimento a ser adotado pelo colegiado, inclusive quanto à preparação da sessão de julgamento, deverá levar em conta o procedimento próprio para o exame daquele primitivo recurso.”<sup>202</sup> Assim, se o rito de julgamento daquele recurso previsse a cientificação às partes do dia da sessão, então esta determinação deveria permanecer no processamento do agravo.

A esse respeito, Athos Gusmão CARNEIRO<sup>203</sup> sustenta que a inclusão do agravo interno em pauta é obrigatória para que os advogados possam comparecer à sessão, principalmente nos casos em que o relator proferiu julgamento singular sobre o mérito, ante a possibilidade do colegiado em negar provimento ao agravo e confirmar a decisão do relator, prolatando acórdão de mérito.

---

<sup>200</sup> Id.

<sup>201</sup> Id.

<sup>202</sup> ARENHART, op. cit., p. 55.

<sup>203</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 22.

Ressalta, ainda, que diferentemente do que dispunha o antigo parágrafo único do art. 557, o relator não precisa mais pedir dia para julgamento do agravo, bastando agora apresentar o feito em mesa na sessão de julgamento.

Por fim, Nagib SLAIBI FILHO afirma que: “O relator não poderá negar seguimento a este agravo, porque o §1º diz que, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa.”<sup>204</sup> Sustenta que a expressão constante do dispositivo legal impõe dever funcional ao relator, que inviabiliza qualquer interpretação, decorrente do mesmo art. 557, de que pudesse negar seguimento a este agravo.

### 3.5 IMPOSIÇÃO DE MULTA AO AGRAVANTE

O §2º do art. 557 prevê que quando o agravo interno for manifestamente infundado ou inadmissível, o tribunal fica autorizado a impor ao agravante, em favor do agravado, multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, cujo depósito é condicionante para a interposição de qualquer outro recurso.

O Código de Processo Civil, conforme lição de Paulo Roberto de Gouvêa MEDINA<sup>205</sup>, prevê dois critérios aplicáveis ao abuso do direito de recorrer. A regra geral que está prevista no art. 17, VII, segundo o qual se reputa litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. E regras específicas previstas no parágrafo único do art. 538 (para o caso de embargos de declaração manifestamente protelatório) e no §2º do art. 557, para o caso de agravo “manifestamente inadmissível ou infundado”.

Segundo lição de José Eduardo Carreira ALVIM<sup>206</sup>, o preceito do art. 557 *caput* e §1º, por serem genéricos e alcançarem todos os recursos, devem ser interpretados em consonância com o disposto no art. 17, VII, que reputa litigante de má-fé aquele que interpõe recurso com intuito manifestamente protelatório, com aplicação de multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e indenização dos prejuízos sofridos pela parte contrária (art. 18). Já a penalidade

---

<sup>204</sup> SLAIBI FILHO, op. cit., p. 22.

<sup>205</sup> MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. *O direito de recorrer e seus limites*. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 537.

<sup>206</sup> ALVIM, J. E. C., **Código ...**, p. 300-301.

prevista no §2º do art. 557 diz respeito apenas ao agravo interno, que se mostrar manifestamente inadmissível ou infundado.

Antes da reforma de 1995, o art. 529 previa a possibilidade do tribunal impor multa equivalente ao décuplo das custas, em benefício do agravado, quando o agravo de instrumento fosse intempestivo. Com a alteração dada pela Lei 9.139/95, essa sanção desapareceu. Segundo Donaldo ARMELIN<sup>207</sup>, a Lei 9.756/98 repristinou a punição com redobrada intensidade, impondo multa não por intempestividade, mas pela manifesta inadmissibilidade ou por falta de fundamentação adequada.

As causas de inadmissibilidade recursal (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, tempestividade, regularidade formal ou preparo) são sempre situações evidentes. “A inadmissibilidade existe ou não existe, sendo incompatível com graus relativos à sua presença”<sup>208</sup>. Portanto, a simples inadmissibilidade poderia ser qualificada de “manifesta” e ensejar a aplicação da multa.

Segundo Paulo Roberto de Gouvêa MEDINA<sup>209</sup>, a inadmissibilidade do recurso assume “caráter especial” quando a falta de algum dos pressupostos decorre não de erro, mas de vício de vontade (má-fé, dolo, simulação ou fraude), configurando-se abuso do direito de recorrer.

O recurso é infundado quando não apresenta sequer um argumento capaz de ensejar o reexame da decisão impugnada, não declara as razões pelas quais entende que a decisão não é correta ou é nula, mas ao contrário, procede, de qualquer forma, como litigante de má-fé (art. 17 do CPC).

O dispositivo legal refere-se ao Tribunal como aplicador da sanção que estabelece, não esclarece se o relator poderá impor a multa. Segundo Donaldo ARMELIN, normalmente, quando se trata de imposição de penalidade, não se deve ampliar a competência para sua aplicação. Mas, tendo em vista os objetivos do legislador reformista ao atribuir poderes ao relator para negar seguimento ao agravo ou negar-lhe provimento, a atribuição apenas aos tribunais da competência para aplicar essa penalidade “esgarçará visivelmente o espectro de sua incidência na

---

<sup>207</sup> ARMELIN, op. cit., p. 211.

<sup>208</sup> Id.

<sup>209</sup> MEDINA, P. R. G., op. cit., p. 536.

práxis forense.”<sup>210</sup> José Eduardo Carreira ALVIM<sup>211</sup> também manifesta entendimento de que a multa pode ser aplicada tanto pelo relator como pelo colegiado.

Ainda, segundo esse autor, como essa sanção é uma aplicação particularizada das penalidades pela litigância de má-fé, poderá ser feita de ofício, tal como ocorre com as previstas no art. 18<sup>212</sup> do CPC. A sua incidência independe do resultado final do processo, pois se direciona ao agravante, quer ele seja autor ou réu da relação processual de onde emergiu a questão recursal.

A exigência de depósito prévio como requisito para conhecimento de qualquer recurso, prevista na parte final do dispositivo, suscitou questionamentos a respeito da constitucionalidade deste dispositivo.

Segundo o Professor Sérgio Cruz ARENHART<sup>213</sup>, na visão da maioria doutrinária, essa previsão fere o princípio do duplo grau de jurisdição, por constituir obstáculo ao direito de recorrer. Sustenta, no entanto, que só não é possível admiti-la como constitucional nos casos em que o recorrente não tem condições de, sem prejuízo de seu sustento, arcar com o pagamento da sanção imposta. Nas demais situações, não haveria sentido em considerá-la inconstitucional. Justifica-se dizendo que “O fato de a lei condicionar a interposição de recurso a certos requisitos é algo constante no direito processual e não há, na espécie, nada que possa ser considerado estranho à prática nacional.” Equipara a situação à circunstância da lei impor prazo para a interposição de recurso e condicionar a sua admissão ao prévio preparo, cuja constitucionalidade não é questionada pela doutrina.

Para Donaldo ARMELIN<sup>214</sup>, essa condicionante impõe restrição de natureza econômica ao exercício do direito de recorrer, principalmente com relação ao beneficiário da assistência jurídica e do insolvente civil, o que não ocorre na hipótese de litigância de má-fé. Segundo o autor, “Melhor seria deixar à parte beneficiada com a imposição da multa cobrá-la, sem impedir que, à míngua de condições financeiras para quitá-la, o agravante punido possa exercer o seu direito de defesa,

---

<sup>210</sup> ARMELIN, op. cit., p. 213.

<sup>211</sup> ALVIM, J. E. C., **Código...**, p. 299.

<sup>212</sup> Art. 18: “O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.”

<sup>213</sup> ARENHART, op. cit., p. 56-57.

<sup>214</sup> ARMELIN, op. cit., p. 213-214.

recorrendo de outras decisões proferidas no processo.” Nesse mesmo sentido, manifesta-se o Professor Sérgio Cruz ARENHART<sup>215</sup>.

O propósito do legislador ao estabelecer esse tipo de sanção pecuniária foi a de tentar reduzir o número de agravos pela ameaça de punição de expedientes protelatórios. No entanto, como bem observado por Donaldo ARMELIN, “em lugar de atacar as causas, busca-se atalhar seus efeitos.”<sup>216</sup>

Essa multa tem sido aplicada com muita frequência pelo Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. Citem-se os seguintes precedentes jurisprudências: Agravo nº 203403-7/01<sup>217</sup>, acórdão nº 16064, relator Juiz Rogério Coelho, julg: 27/08/02 – DJ: 13/09/02; Agravo nº 223106-9/01, acórdão nº 17026, relator Juiz Antônio Barry, julg: 11/03/03 – DJ: 28/03/03, ambos da Terceira Câmara Cível; Agravo nº 216968-8/01, acórdão nº 17021, da Quarta Câmara Cível, relator Juiz Ruy Cunha Sobrinho, julg: 11/12/02 – DJ: 07/02/03.

### 3.6 DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO DO RELATOR

O §1º do artigo 557 dispõe que da decisão do relator, que negar seguimento, der ou negar provimento ao recurso, cabe agravo, no prazo de 5 dias para o órgão competente para o julgamento do recurso, que será apresentado em mesa, se não houver retratação.

Primeiramente, é preciso diferenciar o mero pedido de reconsideração do juízo de retratação.

Segundo Eliana Pires ROCHA e Jeferson Carús GUEDES<sup>218</sup>, os dois institutos têm em comum o fato de retornarem a decisão ao juízo prolator e o ponto distintivo principal está em que o juízo de retratação decorre de interposição de

<sup>215</sup> ARENHART, op. cit., p. 57.

<sup>216</sup> ARMELIN, op. cit., p. 210.

<sup>217</sup> “Agravo – Provimento parcial à Apelação – Decisão – Artigo 557, do Código de Processo Civil – Fundamentos inatacados – Recurso inadmissível – Agravo desprovido com aplicação de multa. A reforma da decisão do relator que dá provimento parcial à apelação está condicionada à prova de que a jurisprudência do Tribunal não é aquela afirmada pelo relator, ou a demonstração de que essa jurisprudência contraria a orientação, no particular, dos Tribunais Superiores. Inexistindo qualquer fundamento relevante que justifique a interposição do agravo, ou que venha infirmar as razões contidas na decisão agravada, impõe-se a aplicação da multa de que trata o parágrafo 2, do artigo 557, do Código de Processo Civil.”

<sup>218</sup> ROCHA, E. P.; GUEDES, J.C., op. cit., p. 308.

recursos, enquanto que o juízo de reconsideração vincula-se à possibilidade de o juiz decidir novamente a questão *ex officio*.

O juízo de retratação, conforme ensinam, decorre sempre da possibilidade de interposição de recursos, insere-se como fase de um procedimento recursal (agravo) ou como a totalidade deste procedimento (embargos de declaração), sujeita-se ao prazo recursal, ao modo de interposição previsto em lei, requer dedução de razões do inconformismo e necessita de preparo<sup>219</sup>.

Eduardo Arruda ALVIM e Cristiano Zanin MARTINS ressaltam que “O pedido de reconsideração, (...), não encontra qualquer previsão no Código de Processo Civil ou na legislação esparsa, não podendo, dessa forma, ser considerado espécie recursal.”<sup>220</sup> Segundo Eliana Pires ROCHA e Jeferson Carús GUEDES, “subsiste somente pela tolerância da prática, avessa, às vezes, aos ditames formais, porém verificável num estreito campo de comunicação entre partes e juízo, capaz de motivar decisões que poderiam e deveriam ser tomadas de ofício”<sup>221</sup>.

Este é outro ponto que os diferencia. Não é qualquer decisão que está sujeita ao pedido de reconsideração, mas apenas aquelas que envolvam matérias que possam e devam ser conhecidas de ofício pelo juiz. Já no juízo de retratação, o magistrado pode se retratar integralmente da decisão, envolva ela questão de ordem pública ou não<sup>222</sup>.

José Eduardo Carreira ALVIM<sup>223</sup> ressalta que a condicionante “se não houver retratação”, normalmente, é prevista expressamente em lei, porque a retratação, apesar de ser “da *natureza* do agravo, não é da sua *essência*” e por isso, é possível que a lei conceda esse recurso, sem facultar ao julgador modificar sua decisão.

O juízo de retratação apresenta “efeito *devolutivo* ‘*regressivo*’”<sup>224</sup>, capaz de fazer o pronunciamento recorrido retornar à apreciação do juízo prolator mediante a interposição de um recurso. Assim, com a interposição do agravo interno, a decisão monocrática retorna novamente ao relator para que a reaprecie, para evitar o julgamento colegiado sempre que possível.

<sup>219</sup> *Ibid.*, p. 309.

<sup>220</sup> ALVIM, E. A.; MARTINS, C. Z., op. cit., p. 153.

<sup>221</sup> ROCHA, E. P.; GUEDES, J. C., op. cit., p. 310.

<sup>222</sup> ALVIM, E. A.; MARTINS, C. Z., op. cit., p. 153.

<sup>223</sup> ALVIM, J. E. C., *Código...*, p. 298.

<sup>224</sup> ROCHA, E. P.; GUEDES, J. C., op. cit., p. 310.

Caso o relator chegue à conclusão de que se equivocara e se retrate, o procedimento volta à sua situação anterior e nada terá de ser apreciado pela Câmara, naquele estágio. Mas, se não se retratar, sua decisão será levada ao colegiado que poderá confirmá-la ou cassá-la, mediante provimento ou desprovimento do agravo interno<sup>225</sup>.

### 3.7 VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS

Cândido Rangel DINAMARCO<sup>226</sup> e José Carlos Barbosa MOREIRA<sup>227</sup> ressaltam que a ampliação dos poderes do relator está intimamente ligada à valorização dos precedentes jurisprudenciais.

Na opinião de Cândido Rangel DINAMARCO, a adoção do sistema de súmulas vinculantes é inevitável, pois é a única solução capaz de desafogar os tribunais. Para o autor, “as súmulas figuram como patamar intermediário entre o abstrato da lei e o concreto das decisões judiciais em casos específicos. Não se chega a afirmar a jurisprudência como fonte formal do direito, mas a crescente força dos precedentes aproxima-a disso e mais a aproximará se e quando se inserir no direito constitucional brasileiro o seu *efeito vinculante*.”<sup>228</sup>

Thales Arcoverde TREIGER aduz que não se trata de efeito vinculante, pois o relator não está “obrigado” a decidir a questão monocraticamente e de acordo com a jurisprudência dominante dos tribunais, pode, inclusive, e até mesmo o tribunal, sustentar posição oposta a de um Tribunal Superior. “Para tal, é que existe o Superior Tribunal de Justiça encarregado da uniformização da interpretação do direito federal e de sua vigência (conforme se depreende do art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição da República)”.<sup>229</sup>

Nesse mesmo sentido, manifestam-se Eduardo Arruda ALVIM, José Carlos de Moraes SALLES, Teresa Arruda Alvim WAMBIER e Nelson NERY JR,

<sup>225</sup> THEODORO JR, **O processo civil...**, p. 200.

<sup>226</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 130.

<sup>227</sup> MOREIRA, **Algumas inovações...**, p. 324.

<sup>228</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 130-131.

<sup>229</sup> TREIGER, op. cit., p. 06.

defendendo a tese de que o relator não está obrigado a julgar de acordo com súmulas e jurisprudência dominante<sup>230</sup>.

Eduardo Arruda ALVIM ressalta que não é possível falar que o art. 557 tenha introduzido a súmula ou jurisprudência dominante vinculante, pois esta só poderá ser introduzida no ordenamento jurídico brasileiro por meio de emenda constitucional<sup>231</sup>.

Para Teresa Arruda Alvim WAMBIER, a decisão judicial deve ser baseada em texto de lei, mas reconhece que a decisão fundada apenas em súmula é “mais afeiçoada aos nossos dias”. Aduz, no entanto, que “não se pode suprimir a possibilidade de o membro do Poder Judiciário decidir de acordo com a sua convicção, obrigando-o a rechaçar pretensões recursais contrárias a súmula, ou acolhendo recursos, quando a decisão impugnada não estiver em conformidade com súmula”<sup>232</sup>.

Segundo José Carlos Baptista PUOLI<sup>233</sup>, a opção de política legislativa de trocar o fator segurança por procedimentos recursais mais céleres, comporta risco considerável que é atenuado pelo fato de se procurar vincular os novos poderes do relator à prévia existência de súmula ou, pelo menos, de jurisprudência dominante sobre a matéria. Sustenta que a valorização da jurisprudência sumulada ou dominante sinaliza um movimento de aproximação entre “as famílias da *common law* e da *civil law*.”

Thales Arcoverde TREIGER<sup>234</sup> ressalta, no entanto, que este novo instituto deve ser utilizado com certa dose de comedimento, devendo os julgadores estar sempre atentos ao que Barbosa MOREIRA denominou de “fossilização da jurisprudência”<sup>235</sup>. Isto porque pode ocorrer que uma questão já sumulada pelos tribunais superiores venha a cair em desuso em virtude das dinâmicas necessidades da vida forense, pelo que os magistrados deverão estar atentos.

A súmula resultante da uniformização de jurisprudência teria, na opinião de Paulo Roberto de Gouvêa MEDINA, eficácia quase vinculativa para determinados

<sup>230</sup> ALVIM, E. A., op. cit., p. 281-282.

<sup>231</sup> Ibid., p. 282.

<sup>232</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Anotações a respeito da Lei 9.756, de 17 de dezembro de 1998. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 578.

<sup>233</sup> PUOLI, op. cit., p. 199-200.

<sup>234</sup> TREIGER, op. cit., p. 02.

<sup>235</sup> MOREIRA, **Algumas inovações...**, p. 326.



fins, como a de “impedir a concessão de liminares em sentido contrário ao enunciado da súmula; fazer cessar as liminares desse teor já concedidas; atribuir efeito suspensivo aos recursos contra decisão que contrarie a tese sumulada; autorizar a antecipação da tutela jurisdicional, com base na súmula.”<sup>236</sup>

Como bem assevera Humberto THEODORO JR<sup>237</sup>, o art. 557 não tem o escopo de criar, propriamente, o caráter vinculante da súmula jurisprudencial, mas tem sim o propósito de simplificar a tramitação do recurso, permitindo a sua solução através do julgamento singular do relator. Deve ser entendida, na verdade, como regra autorizativa de decisão singular em segundo grau de jurisdição, nas condições que especifica.

---

<sup>236</sup> MEDINA, P. R. G., *op. cit.*, p. 549.

<sup>237</sup> THEODORO JR, *O processo civil...*, p. 203.

## CONCLUSÃO

O instituto processual denominado recurso foi criado tendo em vista a falibilidade do ser humano, que poderia produzir decisões incorretas e injustas, e o seu inerente inconformismo frente a um resultado que lhe é desfavorável.

Tendo em vista esses fatores, desenvolveu-se um sistema processual que primava pela segurança jurídica e pela busca da certeza. Em razão disso, criaram-se inúmeras formas de impugnação de decisões e um mecanismo de julgamento de recursos extremamente moroso, que exigia a participação de quase todos os membros do colegiado em todos os julgamentos. Como consequência, a prestação jurisdicional demandava muito tempo, o que a tornava injusta, pois a parte que tinha razão tinha que suportar sozinha a demora do processo.

Para reverter esse panorama, tornou-se necessário fazer alterações sistemáticas e sopesar alguns valores, como a certeza e a celeridade. Isto porque a busca por uma decisão mais correta e justa implica no conflito entre ambos, pois a decisão que prima pela sua correção, pauta-se na busca da certeza, o que demanda muito tempo. Por outro lado, a tutela para ser efetiva e justa precisa ser, também, célere, com a distribuição do tempo do processo entre as partes.

Assim, objetivando acelerar a prestação jurisdicional para torná-la mais célere e justa, o legislador reformista ao invés de fazer uma revisão de todo o Código de Processo Civil, optou por editar várias leis visando atacar certos pontos de estrangulamento, para tentar reduzir a carga de processos que se acumulavam nos tribunais.

Dentre as inúmeras alterações introduzidas, a ampliação dos poderes do relator no julgamento dos recursos foi uma das mais relevantes e mais polêmicas, pois ao permitir o julgamento monocrático, quebrou a estrutura recursal até então vigente: julgamento monocrático na primeira instância e colegiado na segunda.

Com a autorização do julgamento singular, o colegiado não deixou de ser o juiz natural dos recursos, pois a lei limitou-se a delegar a função decisória ao relator, nas condições em que especificou e nos casos em que a solução da questão fosse evidente. Nessas hipóteses, o relator não age em nome próprio, mas sim como representante do colegiado, pois apenas antecipa o resultado que certamente seria dado pelo Tribunal.

A partir da Lei 9.139/95, o relator do tribunal de segundo grau passou a ter poderes para negar provimento a qualquer recurso, por motivo de ordem processual, ou seja, quando fosse inadmissível ou prejudicado. Mas também por questões de mérito, quando se tratasse de recurso manifestamente improcedente ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Somente após a edição da Lei 9.756/98 é que o relator passou a ter poderes, também, para liminarmente dar provimento a qualquer tipo de recurso, se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça. Essa autorização, no entanto, não é compatível com o agravo de instrumento, pois o contraditório ainda não estaria formado e o seu provimento liminar prejudicaria o agravado, que não teve oportunidade de responder ao recurso.

Em 2001, a Lei 10.352 trouxe inovações no processamento do agravo de instrumento, atribuindo maiores poderes ao relator. Com as alterações, o relator, além de poder atribuir efeito suspensivo e julgar monocraticamente o recurso, para negar-lhe seguimento ou provimento, passou a ter poderes para converter o agravo de instrumento em retido e para conceder o efeito ativo pleiteado.

Todas essas medidas foram adotadas para acelerar o procedimento recursal e evitar ao máximo o julgamento colegiado, tendo em vista reduzir a carga de trabalho dos tribunais e assim, acelerar o provimento jurisdicional.

Houve discussão doutrinária quanto à constitucionalidade ou não dos dispositivos legais que ampliaram os poderes do relator. A corrente majoritária defendia a sua constitucionalidade, sob o argumento de que a Constituição Federal ao prever a competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça para o julgamento dos recursos extraordinários e especiais, não determina que seja feito pelo órgão colegiado e assim, não haveria restrição à atribuição de poderes de decisão ao relator, que também é um dos órgãos do tribunal. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou nesse sentido, colocando fim à polêmica.

Independentemente do entendimento que se tenha a respeito dessa delegação de poderes, seja como faculdade ou como dever, fato é que o relator, ao se ver diante de um caso que indubitavelmente se enquadra numa das hipóteses previstas em lei, não pode perder a oportunidade de julgá-lo singularmente, pois só

assim as alterações implementadas na estrutura recursal serão eficientes e cumprirão sua finalidade.

Contra a decisão do relator que não conheceu, deu ou negou provimento a recurso, o Código prevê o cabimento de “agravo” para o órgão colegiado originalmente competente, no prazo de cinco dias. Para a maioria doutrinária esse “agravo”, denominado como “agravo interno”, “agravinho” ou “agravo regimental”, é uma das espécies do gênero agravo previsto no inciso II do art. 496 do CPC. Para outros, trata-se apenas de uma forma de levar a decisão singular ao colegiado, para que faça a verificação do exercício da função delegada ao relator. Mas qualquer que seja a orientação que se adote, é preciso reconhecer que a previsão desse “agravo” é relevante, pois evita que a decisão do relator se torne absoluta e inquestionável, na medida em que eventuais recursos só seriam cabíveis para Tribunais Superiores, onde só se discute direito.

Tendo em vista reduzir a carga de trabalho dos tribunais, o legislador reformista estabeleceu ameaça de sanção pecuniária para tentar reduzir expedientes protelatórios, inserindo permissão legal ao tribunal para impor multa ao agravante, em favor do agravado, nos casos em que o recurso é manifestamente inadmissível ou infundado. Assim, além da regra geral prevista no art. 17, VII, há uma regra específica para o agravo interno (art. 557, §2º do CPC).

Com o intuito de torná-lo mais efetivo, o dispositivo condiciona o conhecimento de qualquer outro recurso ao depósito prévio desse valor, o que suscitou questionamentos na doutrina a respeito de sua constitucionalidade, principalmente com relação àqueles recorrentes que não têm condições econômicas para arcar com o pagamento da sanção imposta. Nesse caso, a solução mais razoável seria permitir a interposição de recursos sem a necessidade de depósito do valor da multa aplicada e autorizar o agravado, ao final do processo, cobrá-la ou compensar este montante do valor de sua condenação, caso venha a ser sucumbente.

Apesar da lei referir-se apenas ao tribunal como aplicador da sanção, não seria razoável entender que o relator não teria também tal competência, pois o objetivo maior é acelerar a prestação jurisdicional, com a redução de interposição de recursos e agilização do procedimento recursal.

Fala-se na doutrina que a ampliação dos poderes do relator está relacionada à valorização dos precedentes jurisprudenciais, no sentido de que se caminha para adoção das súmulas vinculantes, o que implicaria no perigo em se incorrer naquilo que Barbosa Moreira denomina de “fossilização da jurisprudência”. Mas, na realidade, o art. 557 não tem o escopo de dar esse caráter vinculante às súmulas, mas apenas de tornar a prestação jurisdicional mais célere, autorizando o julgamento singular a casos em que a solução é evidente, seja porque se trate de situações fáticas muito corriqueiras, seja porque se trate de questão de direito, cuja interpretação já se encontra pacificada.

Por fim, é preciso dizer que julgamento monocrático não fere o princípio do duplo grau de jurisdição, pois não se trata de garantia constitucional e assim, o legislador ordinário pode limitar sua aplicação. A autorização de julgamento singular constitui apenas delegação de função decisória ao relator, que antecipa a solução que seria dada pelo colegiado, nas condições especificadas em lei.

A ampliação dos poderes do relator tem em vista acelerar o procedimento recursal e, por isso, não é razoável defender a manutenção incondicionada de uma estrutura que permita a utilização ilimitada de recursos e de um mecanismo de julgamento extremamente moroso, em detrimento de uma prestação jurisdicional mais célere, efetiva e justa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVIM, Eduardo Arruda; MARTINS, Cristiano Zanin. Apontamentos sobre o sistema recursal vigente no direito processual civil brasileiro à luz da Lei 10.352/2001. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v. 6.

ALVIM, Eduardo Arruda. **Curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. v. 2.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Código de processo civil reformado**. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

\_\_\_\_\_. **Agravo na reforma processual**. Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/numero1/alvim.htm>> Acesso em 30 mar. 2001.

ARENHART, Sérgio Cruz. A nova postura do relator no julgamento dos recursos. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 26, n. 103, p. 37-59, jul./set. 2001.

ARMELIN, Donaldo. Apontamentos sobre as alterações ao Código de Processo Civil e à Lei 8.038/90, impostas pela Lei 9.756/98. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

ASSIS, Carlos Augusto de. O agravo após a Lei n. 10.352/2001: algumas considerações. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 3, n. 17, p. 147-158, mai./jun. 2002.

BORGES, Marcos Afonso. Alterações do Código de Processo Civil oriunda da Lei 9.756, de 17 de dezembro de 1998. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 24, n. 94, p. 07-11, abr./jun. 1999.

\_\_\_\_\_. Alterações no Código de Processo Civil oriundas das Leis 10.352, de 26.12.2001, e 10.358, de 27.12.2001. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 27, n. 106, p. 179-188, abr./jun. 2002.

CAMBI, Accácio. A atribuição inovadora concedida ao relator: negar seguimento ou dar provimento ao recurso monocraticamente (artigo 557/CPC). **Advocacia Dinâmica – Seleções Jurídicas**, São Paulo, p. 3-6, maio 2001.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Poderes do relator e agravo interno – artigos 557, 544 e 545 do CPC. **Revista de Processo**, v. 25, n. 100, p. 09-32, out./dez. 2000.

CARVALHO, Fabiano. Os poderes do relator nos embargos infringentes. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 10.352/2001**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v.5.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 16ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

COVAS, Silvânio. O duplo grau de jurisdição. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

CRISTSINELIS, Marco Falcão. A inconstitucionalidade do artigo 557 do código de processo civil. **Doutrina ADCOAS**, São Paulo, v. 05, p. 140-151, maio 1999.

DIAS, Maria Berenice. As decisões monocráticas do art. 557 do CPC. **AJURIS**, Porto Alegre, v. 83/tomo I, p. 279-284, setembro 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. O relator, a jurisprudência e os recursos. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. **Tutela antecipada: denegação no primeiro grau e concessão pelo relator do agravo**. REVISTA FORENSE, v. 349, p. 11-19, jan/mar 2000.

FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. v. 7: do processo de conhecimento, arts. 496 a 565.

GRECO FILHO, Vicente. Questões sobre a Lei 9.756, de 17 de dezembro de 1998. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

GUEDES, Jéferson Carús. Duplo grau ou duplo exame e a atenuação do reexame necessário nas leis brasileiras. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v. 6.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. **Duplo grau de jurisdição no direito processual civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

LOPES, João Batista. Agravo regimental: recurso ou pedido de reconsideração? In NERY JR, Nelson. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. v. 4.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre a reforma do CPC – (segunda fase). **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 3, n. 17, p. 131-146, mai./jun. 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. 4ª ed., São Paulo: Malheiros Editora, 2000.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do processo de conhecimento: a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

MEDINA, José Miguel Garcia. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos na nova sistemática recursal e sua compreensão jurisprudencial, de acordo com as Leis 9.756/98 e 9.800/99. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. O direito de recorrer e seus limites. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.) **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998, v. V: arts. 476 a 565.

\_\_\_\_\_. Algumas inovações da Lei 9.756 em matéria de recursos civis. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.



\_\_\_\_\_. **O novo processo civil brasileiro**. 20ª ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos**. 4ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Civil e legislação processual civil extravagante em vigor**. 3ªed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

\_\_\_\_\_. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

PESSOA, Flávia Moreira. A devolutibilidade no recurso de apelação cível em face do princípio do duplo grau de jurisdição. In BARRAL, Welber; ANDRADE, Henri Clay. (Org.) **Inovações no processo civil**. Florianópolis: OAB/SE, 1999.

PUOLI, José Carlos Baptista. **Os poderes do juiz e as reformas do processo civil**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

ROCHA, Eliana Pires; GUEDES, Jeferson Carús. Efeito devolutivo regressivo ou “repositivo” e juízo de retratação nos recursos cíveis. In NERY JR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. v. 4.

ROSAS, Roberto. **Direito processual constitucional: princípios constitucionais do processo civil**. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

SATO, Priscila Kei. Jurisprudência (pre)dominante. In ALVIM, E. P. A.; NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

SILVA, Ovídio A. Batista da. **Curso de processo civil: processo de conhecimento**. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. v. 1.

SLAIBI FILHO, Nagib. Notas sobre o artigo 557 do CPC (competência do relator de prover e de negar seguimento a recurso). **Revista de Direito do TJRJ**, v. 49, p. 15-33, outubro/dezembro 2001.

TALAMINI, Eduardo. Decisões individualmente proferidas por integrantes dos tribunais: legitimidade e controle (*agravo interno*). In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 10.352/2001**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v. 5.

THEODORO JR, Humberto. **O processo civil brasileiro no limiar do novo século**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

\_\_\_\_\_. Inovações da lei 10.352/2001, em matéria de recursos cíveis e duplo grau de jurisdição. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v. 6.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Lineamentos da nova reforma do CPC: Lei 10.352, de 26.12.2001, Lei 10.358, de 27.12.2001, Lei 10.444, de 07.05.2002**. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Breves comentários à 2ª fase da reforma do código de processo civil**. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Anotações a respeito da Lei 9.756, de 17 de dezembro de 1998. In WAMBIER, T. A. A.; NERY JR, N. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

\_\_\_\_\_. Fungibilidade de “meios”: uma outra dimensão do princípio da fungibilidade. In NERY JR, N.; WAMBIER, T. A. A. (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. v. 4.